



SERTPREV
Instituto Municipal de Previdência de Sertãozinho-SP
Rua Cel. Francisco Schmidt, 1.582 – Centro – CEP 14160-710 - Fone: (16)3945-2781
e-mail: sertprev@sertprev.com.br

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE CONTROLE INTERNO
1º TRIMESTRE DE 2026

Agosto/2026



RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO – 1º TRIMESTRE DE 2026

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Controle Interno apresenta os resultados das atividades de acompanhamento, fiscalização e avaliação realizadas pela Controladoria Interna do SERTPREV referentes ao primeiro trimestre de 2026. Sua elaboração atende às competências constitucionais e legais do Sistema de Controle Interno, constituindo instrumento de governança, transparência, prestação de contas e aperfeiçoamento contínuo da gestão previdenciária.

MENSAGEM DA CONTROLADORIA

A atuação da Controladoria Interna visa fortalecer a governança, a conformidade legal, a gestão de riscos e a eficiência administrativa. Este relatório busca apoiar a tomada de decisão da Administração e dos Conselhos, apresentando análises, achados, riscos e recomendações.



SERTPREV

Instituto Municipal de Previdência de Sertãozinho-SP

Rua Cel. Francisco Schmidt, 1.582 – Centro – CEP 14160-710 - Fone: (16)3945-2781

e-mail: sertprev@sertprev.com.br

1 - INTRODUÇÃO.....	5
2 - OBJETIVO DO RELATÓRIO.....	5
3 - ÁREA DE BENEFÍCIOS	6
3.1 - Pedido de Revisão de Aposentadoria e Pensão.....	7
3.2 - Devolução de Valores Percebidos Indevidamente - Sra.: Roseli Silveira de Souza.....	8
4 - FOLHA DE PAGAMENTO.....	9
4.1 - Folha de Pagamento Aposentados / Pensionistas.....	9
4.2 - Folha de Pagamento de Ativos.....	10
4.3 - AUDESP Fase III Atos de Pessoal (Informações Mensais)	12
5 - COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA – COMPREV.....	14
6 - RECADASTRAMENTO/PROVA DE VIDA.....	20
7 - SETOR DE OUVIDORIA.....	20
8 - PROCESSOS DE COMPRAS E LICITAÇÕES.....	20
9 - PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS E AFINS	23
10 - INVESTIMENTOS	23
11 – CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	24
12 - CONTABILIDADE.....	25
12.1 - Audesp.....	25
12.2 - Análise das Receitas.....	27
12.3 - Análise das Despesas	29
12.4 - Resultado Financeiro	30
12.5 - Considerações Sobre Investimento.....	31
12.6 - Pagamento de Precatórios	32
13 - SENTENÇA DE AUDITORIA DO TRIBUNAL DE CONTAS.....	32
13.1 - Análise da Resolução nº 01/2025 - que disciplina as consignações facultativas em folha de pagamento dos aposentados e pensionistas.....	35
14 - REPASSES PREVIDENCIÁRIOS/MOVIMENTAÇÕES.....	38
15 - CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIAS - CRP	43
15.1 - Indicadores Institucionais.....	44
15.2 - Regularidade Fiscal	44
16 - CÁLCULO ATUARIAL.....	45
16.1 – Relatório de Avaliação Atuarial – 31/12/2025	45
17 – PRÓ-GESTÃO	47
17.1 - Planejamento 2024-2025	47
18 - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL E COMITÊ DE INVESTIMENTOS	48
18.1 – Tabela prática para análise dos Conselhos e Comitê de Investimento.....	47
18.2 – Conselho de Administração.....	50
18.3 - Conselho Fiscal	52
18.4 - Comitê de Investimento.....	56



SERTPREV

Instituto Municipal de Previdência de Sertãozinho-SP

Rua Cel. Francisco Schmidt, 1.582 – Centro – CEP 14160-710 - Fone: (16)3945-2781
e-mail: sertprev@sertprev.com.br

19 - TRANSPARÊNCIA NO SITE DO INSTITUTO.....	59
20 - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O TCE (2024) e o IG-PREV(2025).....	61
21 - EVIDENCIAS OBJETIVAS E CUMPRIMENTOS DAS RECOMENDAÇÕES.....	62
22 - MATRIZ DE CONFORMIDADE DO TRIMESTRE ANALISADO.....	63
23 - CONCLUSÃO	63

1 - INTRODUÇÃO

O órgão de Controle Interno foi criado por meio da Resolução nº 03 de 03 de abril de 2019.

O atual Controlador Interno é o Sr. **Adriano Aparecido dos Santos**, nomeado em **02 de dezembro de 2025**, por meio da **Portaria nº 01/2026 – SUP**.

O presente relatório apresenta a análise das atividades administrativas, financeiras, previdenciárias e operacionais desenvolvidas pelo Instituto Municipal de Previdência de Sertãozinho – SERTPREV durante o primeiro trimestre de 2026 avaliando a conformidade dos atos administrativos, a execução das rotinas institucionais e os principais resultados obtidos no período.

O SERTPREV, Instituto Municipal de Previdência de Sertãozinho/SP, foi criado pela Lei 6.393 de 07 de junho de 2018 e instalado pela Lei 6.432 de 09 de agosto de 2018. Ele sucedeu o Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estatutários do Município de Sertãozinho, que teve sua origem pela Lei Municipal nº 3.460, de 09 de fevereiro de 2000.

O SERTPREV tem por finalidade administrar o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Sertãozinho, assegurando o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema e garantindo aos segurados e seus dependentes os benefícios previdenciários previstos na legislação vigente.

2 - OBJETIVO DO RELATÓRIO

O presente Relatório de Controle Interno tem por finalidade avaliar os procedimentos administrativos desenvolvidos pelo Instituto de Previdência, verificar a conformidade dos atos praticados com a legislação vigente e fornecer informações que subsidiem a tomada de decisões da Administração, bem como o exercício do controle externo.

Legalidade: Assegurar que todas as ações e decisões estejam em conformidade com a legislação vigente.

Impessoalidade: Garantir que as decisões e ações sejam tomadas de forma imparcial, sem favorecimentos ou discriminações.

Moralidade: Zelar pela ética e pela integridade na condução dos assuntos públicos.

Igualdade: Tratar todos os cidadãos de forma igualitária, sem discriminação de qualquer natureza.

Publicidade: Promover a transparência e o acesso às informações públicas.

Probidade Administrativa: Atuar com honestidade, integridade e responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

Economicidade: Buscar a utilização eficiente e racional dos recursos públicos, visando sempre o melhor custo-benefício para a sociedade.

Além da observância aos princípios constitucionais da Administração Pública, este relatório busca verificar o cumprimento das normas previdenciárias, das orientações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, das Portarias do Ministério da Previdência Social e das Resoluções do Conselho Monetário Nacional aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social.

Seguindo esses princípios, a administração pública pode alcançar maior eficiência e promover a confiança da população nas instituições governamentais.

Este relatório abrange uma ampla gama de áreas e atividades do Instituto Municipal de Previdência de Sertãozinho/SP – SERTPREV durante o período de janeiro a março de 2026.

Segue um resumo das áreas mencionadas:

Benefícios: Análise dos processos de concessão de benefícios, como aposentadorias, pensões e abono de permanência.

Folha de Pagamento: Avaliação dos procedimentos relacionados ao pagamento dos benefícios aos aposentados e pensionistas.

Comprev: Situação atual do COMPREV.

Recadastramento/Prova de Vida: Verificação da regularidade e atualização dos dados dos beneficiários.

Sector de Ouvidoria: Avaliação do atendimento e resolução de demandas dos segurados.

Processos de Compras e Licitações: Verificação da conformidade e eficiência dos processos de aquisição de bens e serviços.

Investimentos: Avaliação das estratégias e desempenho dos investimentos do instituto.

Credenciamentos: Análise dos procedimentos de credenciamento de prestadores de serviços.

Contabilidade: Verificação da adequação e precisão dos registros contábeis.

Repasse Previdenciários: Avaliação dos repasses financeiros realizados para garantir o equilíbrio do sistema previdenciário.

Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP): Verificação da situação de regularidade do instituto perante órgãos competentes.

Pró-Gestão: Avaliação da adesão e cumprimento das diretrizes do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS.

Membros dos Conselhos: Acompanhamento da participação e contribuição dos membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos.

3 - ÁREA DE BENEFÍCIOS

No primeiro trimestre de 2026, o Setor de Benefícios concedeu:

- 03 Aposentadorias por tempo de contribuição;
- 00 Aposentadoria por idade;
- 01 Aposentadoria especial;
- 01 Aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho.
- 05 Pensões
- Protocolou 05 requerimentos de abono de permanência.

Os processos administrativos referentes às concessões de aposentadorias, pensões e demais benefícios previdenciários foram analisados por amostragem, verificando-se que se encontram devidamente instruídos, contendo a documentação necessária, pareceres técnicos e atos concessórios, em conformidade com a legislação vigente.

Não foram identificadas inconsistências relevantes na instrução processual capazes de comprometer a legalidade dos benefícios concedidos.

Garantir que os processos estejam devidamente arquivados é essencial para manter a organização e a integridade das informações, facilitando futuras consultas e auditorias.

Concessão de aposentadorias	Nome	Ato de concessão	Tipo
Mês/Ano			
jan/26	Martha Hirotani Lemes da Silva	Portaria nº 002/2026	Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição
fev/26	Alex Junio da R. Oliveira	Portaria nº 006/2026	Aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho
	Humberto Luis Gaudiosi	Portaria nº 007/2026	Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição
mar/26	Ailton do Amaral Oliveira	Portaria nº 009/2026	Aposentadoria especial
	Gislaine Mazer	Portaria nº 014/2026	Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição

Concessão de pensões	Nome	Ato de concessão	Tipo
jan/26	Antonia Dalva de A. Silveira	Portaria nº 001/2026	Pensão por morte
	Debora Gabriela Zandoni	Portaria nº 003/2026	
	Debora Gabriela Zandoni	Portaria nº 004/2026	
	Elza Borges S. da Silva	Portaria nº 008/2026	
fev/26	Sonia Terezinha Menezes	Portaria nº 010/2026	
mar/26	Nihil	Nihil	

Abono de permanência - Protocolizados			
Mês/Ano	Nome	Situação	Processo
jan/26	Vanda Roberta Merlin	Concedido	3551702.402.00000373/2026-11
	Roberta Cristina Cassão de Marco	Indeferido	3551702.402.00000764/2026-28
	Ana Claudia Tomazeli da Cruz	Concedido	3551702.402.00001373/2026-21
	Vanderlei Barbosa Arantes Sobrinho	Em análise	3551702.402.00001629/2026-08
fev/26	Nihil	Nihil	Nihil
mar/26	Celina Oliveira Souza	Concedido	3551702.402.00006676/2026-30

3.1 - Pedido de Revisão de Aposentadoria e Pensão.

Indícios de Irregularidade:

Durante o período analisado não foram identificados indícios de irregularidade relacionados aos benefícios concedidos.

Identificamos a anulação da concessão de pensão por morte concedida para a Sra.: Roseli Silveira de Souza, de acordo com a Portaria nº 011/2026 em decorrência do processo nº 3551702.402.00018664/2025-77.

Revisão de processos (aposentadoria/pensão) Administrativo

Sim, durante o período analisado identificamos o processo nº 3551702.402.00002929/2026-04 – Hécio Aparecido Dias, de acordo com a Portaria nº 005/2026;

Revisão de processos (aposentadoria/pensão) Judicial

Não houve instauração de processos judiciais de revisão de benefícios previdenciários no período analisado.

3.2 - DEVOLUÇÃO DE VALORES PERCEBIDOS INDEVIDAMENTE – SRA. ROSELI SILVEIRA DE SOUZA

Constatação

No acompanhamento dos processos administrativos e dos atos relacionados à concessão e manutenção de benefícios previdenciários, a Controladoria Interna verificou situação envolvendo a concessão de pensão por morte à Sra. Roseli Silveira de Souza. Conforme documentação constante do Processo nº 544/2024, posteriormente relacionado ao Processo Administrativo nº 3551702.402.00018664/2025-77, houve decisão judicial definitiva, com trânsito em julgado, reconhecendo a inexistência de união estável entre a beneficiária e o servidor falecido, circunstância que repercutiu diretamente na manutenção do benefício previdenciário.

Em razão da decisão judicial, a Procuradoria Jurídica do SERTPREV manifestou-se pela anulação da concessão da pensão por morte, cessação dos pagamentos e apuração dos valores recebidos indevidamente, com posterior restituição aos cofres públicos.

Posteriormente, foi editada a Portaria nº 011/2026, de 12 de março de 2026, que anulou o ato administrativo de concessão da pensão por morte, produzindo efeitos retroativos à data da concessão do benefício.

Providências adotadas

Consta dos autos que o SERTPREV adotou providências administrativas para regularização da situação, incluindo:

- suspensão cautelar do pagamento da pensão por morte;
- análise jurídica da situação;
- anulação do ato de concessão do benefício;
- apuração dos valores pagos no período considerado indevido; e
- notificação da beneficiária para restituição dos valores aos cofres do SERTPREV.

Por meio do Ofício Especial/2026, de 17 de março de 2026, a Sra. Roseli Silveira de Souza foi formalmente convocada para realizar a devolução dos valores percebidos durante o período de março de 2024 a setembro de 2025, no montante de R\$ 192.875,59 (cento e noventa e dois mil, oitocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos). O documento registra o recebimento da convocação pela interessada em 18/03/2026.

Análise da Controladoria Interna

A Controladoria Interna considera adequadas as providências administrativas adotadas até o momento, especialmente diante da existência de decisão judicial transitada em

julgado, da manifestação da Procuradoria Jurídica, da anulação do ato de concessão e da formalização da cobrança dos valores percebidos indevidamente.

Ressalta-se, contudo, que, até a documentação analisada, não consta comprovante de recolhimento ou documento que demonstre a efetiva restituição aos cofres do SERTPREV do montante de R\$ 192.875,59.

Dessa forma, a situação permanece como pendência de acompanhamento pela Administração e pela Controladoria Interna, até que seja comprovada a efetiva recuperação do crédito ou sejam formalizadas as medidas administrativas e/ou judiciais necessárias à sua cobrança.

Recomendação da Controladoria

Recomenda-se à Administração do SERTPREV que:

- mantenha o acompanhamento do processo de restituição dos valores;
- providencie a juntada aos autos do comprovante de pagamento/recolhimento, caso a beneficiária efetue a restituição;
- não ocorrendo o pagamento voluntário, sejam adotadas, pela área competente e com o suporte da Procuradoria Jurídica, as medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis para recuperação do crédito;
- seja atualizado o valor devido, quando necessário, conforme os critérios legalmente aplicáveis; e
- após a conclusão, seja encaminhada à Controladoria Interna a documentação comprobatória da regularização para fins de acompanhamento e registro.

Situação

EM ACOMPANHAMENTO – PENDENTE DE COMPROVAÇÃO DA RESTITUIÇÃO

Valor objeto da cobrança: R\$ 192.875,59;

Período: março/2024 a setembro/2025;

Beneficiária: Roseli Silveira de Souza;

Notificação para devolução: Ofício Especial/2026, de 17/03/2026

Recebimento da notificação: 18/03/2026.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Controladoria Interna registra que foram adotadas providências administrativas para anulação do benefício e recuperação dos valores pagos indevidamente, no montante de R\$ 192.875,59. Entretanto, permanece necessário o acompanhamento da efetiva restituição do valor aos cofres do SERTPREV, devendo a situação permanecer registrada como pendência até a comprovação documental do ressarcimento ou da adoção das medidas necessárias à recuperação do crédito.

4 - FOLHA DE PAGAMENTO

4.1 - Folha de Pagamento Aposentados/Pensionistas

A folha de pagamento dos aposentados e pensionistas totalizou **R\$ 20.362.285,85**, compreendendo ao período de janeiro a março de 2026.

Além disso, em relação a rescisões, foi pago o valor de **R\$ 12.422,84**.

APOSENTADOS			PENSIONISTAS	
Mês/Ano	Valor da FOPAG		Mês/Ano	Valor da FOPAG
jan/26	R\$ 6.073.437,21		jan/26	R\$ 690.772,15
fev/26	R\$ 6.113.738,11		fev/26	R\$ 693.587,12
mar/26	R\$ 6.091.973,84		mar/26	R\$ 698.777,42
TOTAL1	R\$ 18.279.149,16		TOTAL2	R\$ 2.083.136,69
TOTAL GERAL			R\$ 20.362.285,85	

RESCISÃO DE APOSENTADOS & PENSIONISTAS	
Mês/Ano	Valor da FOPAG
jan/26	R\$ 10.725,13
fev/26	R\$ -
mar/26	R\$ 1.697,71
TOTAL	R\$ 12.422,84

SERV. INATIVOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO
Nº de Aposentados	965	967	967
Nº de Pensionistas	170	171	172
Total Serv. Inativo	1.135	1.138	1.139

Paridade com RPPS	756	758	759
Reajuste - RGPS	379	380	380
Total	1135	1138	1139

SERV. ATIVOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO
Prefeitura Municipal	2114	2203	2202
Câmara Municipal	34	34	34
Saemas	52	51	52
Sertprev	6	6	6
Total Serv. Ativos	2.206	2.294	2.294

TOTAL GERAL	3.341	3.432	3.433
--------------------	--------------	--------------	--------------

Observou-se regularidade na elaboração e processamento da folha de pagamento, não sendo identificadas inconsistências relevantes quanto aos valores liquidados ou aos procedimentos adotados.

4.2 - Folha de Pagamento de Ativos

A seguir apresenta-se, o resumo da folha de pagamento dos servidores ativos vinculados ao SERTPREV durante o período analisado.

Composição da Folha de Pagamento:

- Total de 09 servidores/empregados/comissionados/estagiários, divididos da

seguinte forma:

- 02 estatutários concursado pelo Instituto Municipal;
- 04 estatutários concursado cedido pelo Município de Sertãozinho;
- 01 empregado (celetista) cedido pelo Município de Sertãozinho;
- 01 funcionário exclusivamente comissionado;
- 01 estagiário.

Valor Líquido da Folha de Pagamento:

- O valor líquido total da folha de pagamento de ativos foi de **R\$ 274.428,57**, para o período de janeiro a março de 2026.

ATIVOS		
Mês/Ano	Valor da FOPAG	
jan/26	R\$	94.050,69
fev/26	R\$	86.646,26
mar/26	R\$	93.731,62
TOTAL	R\$	274.428,57

Pagamento de Horas Extras ou Banco de Horas Indenizatório:

No período de janeiro a março de 2026, observou-se a ocorrência de pagamentos relativos a horas extras ou banco de horas.

ATIVOS		
Mês/Ano	Valor da FOPAG	
jan/26	R\$	5.783,01
fev/26	R\$	-
mar/26	R\$	-
TOTAL	R\$	5.783,01

Servidores que saíram de férias e licença prêmio em descanso:

LICENÇA PRÊMIO EM DESCANSO		FÉRIAS EM DESCANSO	
Mês/Ano	Quantidade servidores	Mês/Ano	Quantidade servidores
jan/26	0	jan/26	1
fev/26	0	fev/26	0
mar/26	0	mar/26	1

Pagamento de férias e licença prêmio em pecúnia:

Observou-se que, no período de janeiro a março de 2026, houve registro de férias e licença prêmio indenizadas em pecúnia conforme apresenta-se a seguir:

LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA		FÉRIAS EM PECÚNIA	
Mês/Ano	Valor da FOPAG	Mês/Ano	Valor da FOPAG
jan/26	R\$ 1.690,66	jan/26	R\$ -
fev/26	R\$ 2.944,53	fev/26	R\$ 1.081,90
mar/26	R\$ 11.638,31	mar/26	R\$ -

TOTAL	R\$	16.273,50	TOTAL	R\$	1.081,90
--------------	------------	------------------	--------------	------------	-----------------

4.3 - AUDESP Fase III Atos de Pessoal (Informações Mensais)

Durante o período mencionado, foram enviados e armazenados os arquivos mensais obrigatórios referentes ao "AUDESP fase III atos de pessoal". Esses arquivos incluíram:

1. **Folha Ordinária:** Documento contendo os detalhes da folha de pagamento dos funcionários, incluindo salários, benefícios, descontos, entre outros. - resumo da folha;
2. **Resumo da Folha:** Sumário que apresenta os principais números e informações da folha de pagamento, como o total de despesas com pessoal, número de funcionários, médias salariais, entre outros.
3. **Pagamento da Folha Ordinária:** Registro dos pagamentos realizados aos funcionários conforme especificado na folha ordinária, incluindo os valores líquidos a serem recebidos por cada empregado.
4. **Cadastro de Verbas Remuneratórias:** Registro das verbas remuneratórias existentes, mesmo que não tenha havido a inclusão de novas verbas durante o período.

Esses arquivos são fundamentais para garantir a transparência e conformidade com as normas regulatórias, permitindo uma auditoria eficaz dos atos de pessoal.

Município: Sertãozinho
 Entidade: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE SERTAOZINHO-SERTPREV
 Período: Janeiro/2026 (Consulta por dados do mês)

Dados atualizados até 23/07/2026 03:38

Item de Prestação	Identificação	Prazo da Entrega	Data de Entrega	Entrega no Prazo
Atos Normativos	Declaração Negativa - Ano Exercício: 2026 - Período: Janeiro	05/02/2026	20/02/2026	Não
Cargos	Declaração Negativa - Ano Exercício: 2026 - Período: Janeiro	10/02/2026	20/02/2026	Não
Lotação Agente Público	Declaração Negativa - Ano Exercício: 2026 - Período: Janeiro	19/02/2026	20/02/2026	Não
Resumo Mensal da Folha de Pagamento	Ano de Exercício: 2026 - Período: Janeiro	19/02/2026	03/02/2026	Sim
Folha Ordinária	Ano de Exercício: 2026 - Período: Janeiro	19/02/2026	03/02/2026	Sim
Pagamento de Folha Ordinária	Ano de Exercício: 2026 - Período: Janeiro	20/02/2026	03/02/2026	Sim

Situação de Entrega – Detalhamento

Relatório emitido em 23/07/2026

Município: Sertãozinho
Entidade: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE SERTAOZINHO-SERTPREV
Período: Fevereiro/2026 (Consulta por dados do mês)
Dados atualizados até 23/07/2026 03:38

Item de Prestação	Identificação	Prazo da Entrega	Data de Entrega	Entrega no Prazo
Atos Normativos	Declaração Negativa - Ano Exercício: 2026 - Período: Fevereiro	05/03/2026	03/03/2026	Sim
Cargos	Declaração Negativa - Ano Exercício: 2026 - Período: Fevereiro	10/03/2026	03/03/2026	Sim
Lotação Agente Público	Declaração Negativa - Ano Exercício: 2026 - Período: Fevereiro	16/03/2026	03/03/2026	Sim
Resumo Mensal da Folha de Pagamento	Ano de Exercício: 2026 - Período: Fevereiro	16/03/2026	03/03/2026	Sim
Folha Ordinária	Ano de Exercício: 2026 - Período: Fevereiro	16/03/2026	03/03/2026	Sim
Pagamento de Folha Ordinária	Ano de Exercício: 2026 - Período: Fevereiro	20/03/2026	03/03/2026	Sim

Situação de Entrega – Detalhamento

Relatório emitido em 23/07/2026

Município: Sertãozinho
Entidade: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE SERTAOZINHO-SERTPREV
Período: Março/2026 (Consulta por dados do mês)
Dados atualizados até 23/07/2026 03:38

Item de Prestação	Identificação	Prazo da Entrega	Data de Entrega	Entrega no Prazo
Atos Normativos	Declaração Negativa - Ano Exercício: 2026 - Período: Março	06/04/2026	01/04/2026	Sim
Cargos	Declaração Negativa - Ano Exercício: 2026 - Período: Março	10/04/2026	01/04/2026	Sim
Lotação Agente Público	Declaração Negativa - Ano Exercício: 2026 - Período: Março	15/04/2026	01/04/2026	Sim
Resumo Mensal da Folha de Pagamento	Ano de Exercício: 2026 - Período: Março	15/04/2026	01/04/2026	Sim
Folha Ordinária	Ano de Exercício: 2026 - Período: Março	15/04/2026	01/04/2026	Sim
Pagamento de Folha Ordinária	Ano de Exercício: 2026 - Período: Março	22/04/2026	01/04/2026	Sim

Envios de informações em atraso (entregas intempestivas) no mês de janeiro/2026

No que se refere às informações relativas à competência janeiro de 2026, verificou-se a ocorrência de entrega intempestiva, uma vez que os dados não foram encaminhados dentro do prazo inicialmente estabelecido para sua apresentação.

Entretanto, registra-se que a pendência foi posteriormente regularizada, tendo as respectivas informações sido encaminhadas até 20 de fevereiro de 2026.

Dessa forma, embora tenha sido constatado descumprimento do prazo originalmente previsto, não permaneceu pendência de envio referente à competência analisada. A ocorrência deverá ser registrada para fins de acompanhamento pelo Controle Interno, recomendando-se aos setores responsáveis a adoção de medidas administrativas destinadas a assegurar o cumprimento dos prazos nas competências subsequentes.

Avaliação do Controle Interno:

A ocorrência é classificada como entrega intempestiva posteriormente regularizada, devendo ser objeto de monitoramento quanto à sua reincidência. Recomenda-se o aprimoramento do controle de prazos, com definição clara dos responsáveis, acompanhamento periódico das obrigações e comunicação antecipada aos setores responsáveis quando houver risco de atraso.

Quadro – Situação das Entregas de Informações ao TCESP

Competência	Situação das Entregas	Data/Período de Regularização	Avaliação do Controle Interno
Jan/2026	 Entregas intempestivas	Informações encaminhadas até 20/02/2026	Entregas realizadas fora do prazo inicialmente estabelecido, porém posteriormente regularizadas. Recomenda-se o acompanhamento dos prazos para evitar reincidência.
Fev/2026	 Entregas dentro do prazo	Conforme prazos estabelecidos pelo TCESP	Regular. Não foram identificadas entregas intempestivas nas informações apresentadas no relatório.
Mar/2026	 Entregas dentro do prazo	Conforme prazos estabelecidos pelo TCESP	Regular. As informações foram encaminhadas dentro dos respectivos prazos estabelecidos.

5 - COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA – COMPREV

No período compreendido entre janeiro a março de 2026, o Sistema de Compensação Previdenciária (COMPREV) permaneceu em regular funcionamento, possibilitando a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), conforme a legislação vigente. A seguir, apresentam-se os demonstrativos das competências analisadas, contendo os valores creditados, debitados e os respectivos saldos apurados.

Quanto ao Comprev, apresenta-se a seguir, a competência, cronograma de pagamento, o valor pago pelo SERTPREV e o valor recebido do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e outros Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), os relatórios podem ser consultados no link <https://www.sertprev.com.br/unidade-gestora/comprev>

RESUMO GERAL - 01/2026			
Solicitante	Crédito	Débito	Valor a receber
RGPS			R\$ 1.786.017,31
DUQUE DE CAXIAS			R\$ 496,40
JABOTICABAL			R\$ 115,68
MINAS GERAIS			R\$ 220,16
OLIMPIA			R\$ 127,19
RIBEIRAO PRETO			R\$ 94,43
SAO PAULO (CAPITAL)			R\$ 592,97
SAO PAULO (ESTADO)			R\$ 17.869,88
SAO VICENTE			R\$ 41,36

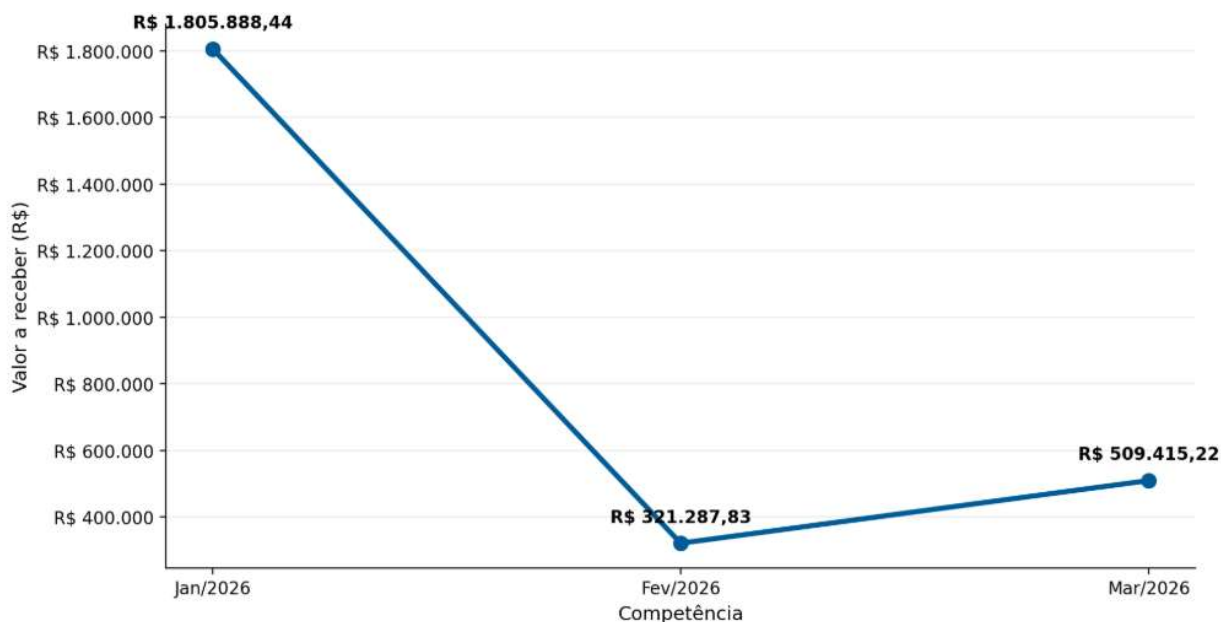


SERRANA			R\$ 313,06
TOTAL			R\$ 1.805.888,44

RESUMO GERAL - 02/2026			
Solicitante	Crédito	Débito	Valor a receber
RGPS	R\$ 21.653,93	R\$ 321.062,64	R\$ 299.408,71
DUQUE DE CAXIAS	R\$ -	R\$ 496,40	R\$ 496,40
JABOTICABAL	R\$ -	R\$ 115,68	R\$ 115,68
MATO GROSSO	R\$ -	R\$ 220,16	R\$ 220,16
MINAS GERAIS	R\$ -	R\$ 2.007,99	R\$ 2.007,99
OLIMPIA	R\$ -	R\$ 127,19	R\$ 127,19
RIBEIRAO PRETO	R\$ 598,83	R\$ 693,26	R\$ 94,43
SAO PAULO (CAPITAL)	R\$ -	R\$ 592,97	R\$ 592,97
SAO PAULO (ESTADO)	R\$ 78,86	R\$ 17.948,74	R\$ 17.869,88
SAO VICENTE	R\$ -	R\$ 41,36	R\$ 41,36
SERRANA	R\$ -	R\$ 313,06	R\$ 313,06
TOTAL	R\$ 22.331,62	R\$ 343.306,39	R\$ 321.287,83

RESUMO GERAL - 03/2026			
Solicitante	Crédito	Débito	Valor a receber
RGPS	R\$ 21.653,93	R\$ 511.168,05	R\$ 489.514,12
DUQUE DE CAXIAS	R\$ -	R\$ 496,40	R\$ 496,40
JABOTICABAL	R\$ -	R\$ 115,68	R\$ 115,68
MATO GROSSO	R\$ -	R\$ 220,16	R\$ 220,16
MINAS GERAIS	R\$ -	R\$ 29,97	R\$ 29,97
OLIMPIA	R\$ -	R\$ 127,19	R\$ 127,19
RIBEIRAO PRETO	R\$ 598,83	R\$ 693,26	R\$ 94,43
SAO PAULO (CAPITAL)	R\$ -	R\$ 592,97	R\$ 592,97
SAO PAULO (ESTADO)	R\$ 78,86	R\$ 17.948,74	R\$ 17.869,88
SAO VICENTE	R\$ -	R\$ 41,36	R\$ 41,36
SERRANA	R\$ -	R\$ 313,06	R\$ 313,06
TOTAL	R\$ 22.331,62	R\$ 531.746,84	R\$ 509.415,22

Evolução mensal do valor a receber pelo SERTPREV no COMPREV



Fonte: Relatório COMPREV – Pagamento & Recebimento | SERTPREV

Situação dos Requerimentos atuais

Exigência/Indeferido	Indeferido Ratificado	Compensado	Em Compensação
5	25	116	510
Deferidos	Indeferidos	Em exigência	Análise suspensa
5	35	24	1
Aguardando análise	Aguardando análise médica	Em análise	Em análise médica
116	21	1	0
Criado	Rejeitado	Alterado	Ag. Comp. da Aposentadoria
0	6	0	16
Criado rejeitado	Em conflito de período		
0	25		

Da análise dos demonstrativos, observou-se que os procedimentos relacionados ao COMPREV transcorreram regularmente durante o trimestre, contribuindo para o equilíbrio financeiro do RPPS por meio da recuperação de créditos previdenciários, transcrevemos aqui parte da **ANÁLISE GERENCIAL – COMPREV**.

Visão Executiva

O relatório COMPREV demonstra que o SERTPREV possui atualmente **906 requerimentos ativos**, sendo 829 referentes a aposentadorias e 77 a pensões. Deste total, **626 processos já se encontram compensados ou em fase de compensação financeira**, representando aproximadamente **69,1% da carteira**, evidenciando desempenho satisfatório na recuperação de créditos previdenciários junto ao RGPS. Entretanto, observa-se a existência de um estoque significativo de processos pendentes de análise, exigências e regularizações, os quais representam potencial de incremento das receitas futuras do Instituto.

Panorama Geral dos Requerimentos

Situação	Quantidade	Participação
Em Compensação	510	56,3%
Compensado	116	12,8%
Aguardando Análise	116	12,8%
Indeferido	35	3,9%
Indeferido Ratificado	25	2,8%
Em Conflito de Período	25	2,8%
Em Exigência	24	2,6%
Aguardando Análise Médica	21	2,3%
Demais Situações	34	3,7%
Total	906	100%

Destaques

Mais da metade dos requerimentos já se encontra em fase de compensação financeira. O volume de processos efetivamente compensados demonstra maturidade operacional do setor responsável pelo COMPREV.

O quantitativo de processos aguardando análise ainda é elevado e impacta diretamente o fluxo de ingresso de receitas futuras.

Os processos em conflito de período e indeferidos demandam atuação estratégica para maximização da recuperação de créditos.

Análise das Aposentadorias

As aposentadorias representam aproximadamente **91,5% de toda a carteira do COMPREV**.

Situação atual

Situação	Quantidade
Em compensação	484
Compensado	108
Aguardando análise	95
Indeferido	30
Indeferido ratificado	25
Em conflito de período	25

Avaliação Gerencial

O principal ativo financeiro do COMPREV encontra-se nas aposentadorias já compensadas ou em fase de compensação, totalizando 592 requerimentos.

Por outro lado, existem:

- 95 processos aguardando análise;
- 25 processos com conflito de período;
- 55 processos indeferidos ou ratificados.

Esses 175 processos representam oportunidade concreta de ampliação das receitas previdenciárias mediante atuação administrativa direcionada.

Análise das Pensões

O estoque de pensões apresenta menor volume, porém merece acompanhamento específico.

Situação	Quantidade
Em compensação	26
Aguardando análise	21
Aguardando compensação da aposentadoria	16
Compensado	8
Indeferido	5

Avaliação Gerencial

Observa-se dependência significativa da conclusão dos processos originários de aposentadoria para efetivação da compensação das pensões.

Recomenda-se acompanhamento prioritário dos 16 casos vinculados à compensação da aposentadoria, uma vez que sua conclusão poderá gerar reflexos positivos imediatos.

Riscos Identificados

Operacionais

- Crescimento do estoque de processos pendentes de análise.
- Possibilidade de novas exigências por inconsistências documentais.
- Morosidade na resolução de conflitos de períodos contributivos.

Financeiros

- Retardamento da entrada de recursos decorrentes da compensação previdenciária.
- Manutenção de créditos potenciais sem efetiva recuperação financeira.

Administrativos

- Acúmulo de demandas futuras.
- Aumento do tempo médio de tramitação dos requerimentos.

Oportunidades de Melhoria

Curto Prazo

1. Realizar força-tarefa para os 116 processos aguardando análise.

2. Priorizar os 24 processos em exigência.
3. Atuar na regularização dos 25 conflitos de período.

Médio Prazo

1. Revisar os 60 processos indeferidos (indeferidos e indeferidos ratificados).
2. Implementar controle gerencial mensal dos indicadores COMPREV.
3. Estabelecer metas de redução do estoque pendente.

Longo Prazo

1. Automatizar controles internos.
2. Criar painel de monitoramento permanente.
3. Desenvolver rotina de revisão preventiva das certidões e vínculos antes do envio ao sistema COMPREV.

Conclusão Executiva

O desempenho atual do COMPREV do SERTPREV pode ser considerado **satisfatório**, uma vez que aproximadamente **69% dos requerimentos encontram-se compensados ou em fase de compensação**, demonstrando efetiva recuperação de créditos previdenciários.

Contudo, o estoque de **186 processos em análise, exigência, conflitos ou pendências médicas** representa importante oportunidade de incremento das receitas do RPPS. A adoção de medidas gerenciais voltadas à redução dessas pendências poderá aumentar significativamente o volume de compensações financeiras nos próximos meses.

Diante do cenário apresentado, recomenda-se a instituição de acompanhamento mensal dos indicadores COMPREV pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Administrativo, com definição de metas de saneamento dos processos pendentes e monitoramento dos resultados alcançados.

Resultado Gerencial: Situação Geral **FAVORÁVEL**, com potencial de crescimento das receitas mediante tratamento das pendências identificadas.

Salienta-se, ainda, a importância da contratação de uma API Comprev, solução tecnológica que possibilita a comunicação automatizada entre sistemas. No caso específico da API Comprev, sua finalidade é integrar o sistema utilizado pelo RPPS (Four Info) à plataforma de compensação previdenciária, dispensando o acesso manual à interface do sistema para a realização de ações como novos requerimentos, anexação de documentos e consulta ao status das análises.

A utilização dessa tecnologia contribuirá para tornar mais eficiente a rotina dos servidores responsáveis pela compensação previdenciária, proporcionando, entre outros, os seguintes benefícios:

- **automatização** do envio de dados e documentos relacionados aos requerimentos;
- **redução de erros operacionais**, proporcionando maior segurança, agilidade e confiabilidade aos processos; e
- **integração da gestão previdenciária** à lógica digital e interconectada atualmente exigida na modernização dos serviços públicos.

Dessa forma, a contratação da API Comprev representa uma importante medida de

modernização e otimização dos procedimentos relacionados à compensação previdenciária, contribuindo para a eficiência administrativa e para a redução de atividades manuais e repetitivas.

6 - RECADASTRAMENTO/PROVA DE VIDA

A Prova de Vida foi realizada no período de janeiro a março de 2026. Segue um resumo:

No período de janeiro a março de 2026, registrou-se o comparecimento de **308** beneficiários. Foram realizados **bloqueios de 07 benefícios** no período, entretanto, após os bloqueios, todos os beneficiários compareceram para a realização da prova de vida.

O controle da Prova de Vida é realizado pelo setor de benefício do SERTPREV. Após o comparecimento do aposentado ou pensionista para assinar o comprovante de Prova de Vida, as informações são lançadas no sistema do Progetec e o documento físico é encaminhado ao arquivo morto.

Esse processo de controle da Prova de Vida é essencial para garantir a continuidade dos pagamentos dos benefícios apenas aos beneficiários que estejam regularmente cumprindo com suas obrigações.

Constatou-se que o cadastramento e a prova de vida foram realizados em conformidade com os procedimentos administrativos estabelecidos pelo Instituto, contribuindo para a atualização cadastral dos beneficiários e para a prevenção de pagamentos indevidos.

7 - SETOR DE OUVIDORIA

A Ouvidoria foi estabelecida por meio da Resolução nº 004/2020, datada de 16 de setembro de 2020, com o objetivo de proporcionar um serviço público de qualidade e promover uma gestão mais participativa.

A função da Ouvidoria é examinar as manifestações relacionadas aos procedimentos e ações dos gestores e diversos setores do SERTPREV. Ela atua como um agente de mudança, sugerindo modificações, adaptações e melhorias nos serviços, normas, planos de ação e na integração social do Instituto.

A Portaria DGP – SERTPREV nº 17/2022 revogou a portaria 108/2020, designando a Sra. Celina Oliveira Souza como Ouvidora a partir de 01 de novembro de 2022.

De acordo com o parecer da Ouvidoria, durante o período de janeiro a março de 2026 **Não foram registradas reclamações ou elogios durante o período analisado.**

8 - PROCESSOS DE COMPRAS E LICITAÇÕES

O Instituto encaminhou ao Sistema AUDESP – Fase IV todas as informações obrigatórias relativas às licitações, contratações, ajustes, empenhos e termos aditivos, observando os prazos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Apresenta-se, a seguir, o resumo das informações encaminhadas.

Envio de Informações ao AUDESP Fase IV:

Foram enviadas dentro do prazo as informações relacionadas a:

- Licitações, incluindo compras diretas.

- Ajustes realizados.
- Empenhos efetuados.
- Termos aditivos aos contratos.

Cumprir com os prazos de envio de informações é crucial para garantir a transparência e conformidade com os regulamentos e requisitos estabelecidos pelo AUDESP.

Abaixo segue os processos que se encontram em andamento no primeiro trimestre 2026.

1. PROCESSO 031/2021 – DATAPREV
2. PROCESSO 013/2023 – CREDENCIAMENTO PERÍCIAS
3. PROCESSO 001/2025 – FÁTIMA ISMAEL AZRAK – 1º APOSTILAMENTO
4. PROCESSO 004/2022 (4º ADITIVO) – ALBERTO ISMAEL AZRAK
5. PROCESSO 006/2025 - FOUR INFO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA EPP – 1º APOSTILAMENTO
6. PROCESSO 004/2023 (4º ADITIVO) – TELEFÔNICA BRASIL S/A.
7. PROCESSO 010/2023 (2º ADITIVO) - CRÉDITO & MERCADO
8. PROCESSO 015/2022 (2º ADITIVO) – SHOP DOS ALARMES
9. PROCESSO 009/2023 (1º ADITIVO) - GUIFAMI INFORMÁTICA LTDA - 3AX (INTERNET)
10. PROCESSO 015/2024 - SOFFNER TECNOLOGIA LTDA (IMPRESSORAS)
11. PROCESSO 018/2024 - ARO ELEVEN (WEBSITE E E-MAIL)
12. PROCESSO 019/2024 - EC2G ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA (ATUARIAL)
13. PROCESSO 024/2021 (4º ADITIVO) – GRIFON DIGITAL SERVICOS LTDAPROCESSO 024/2024 – CONTROL CORE (SERVIDOR EM NUVEM)
14. PROCESSO 029/2021 (4º ADITIVO) – CONFIANCE FACILITIES SERVICOS E TERCEIRIZACOES LTDA (LIMPEZA SERTPREV)
15. PROCESSO 006/2024 (2º ADITIVO) - HOEBERT CAMILO DE SOUZA GARCIA (LIMPEZA AR-CONDICIONADO)
16. PROCESSO 001/2026 AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA (SERTPEL, SHOPPING DA LIMPEZA)
17. PROCESSO 004/2025 LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ E INSUMOS (I9ALL LTDA)
18. PROCESSO 005/2025 ABASTECIMENTO COMBUSTÍVEL (AUTO POSTO CARLETO LTDA. 1º APOSTILAMENTO)
19. PROCESSO 02/2026 AQUISIÇÃO DE IMPRESSORA DE ETIQUETAS.
20. PROCESSO 003/2026 CONTRATAÇÃO DE PARECER JURÍDICO
21. PROCESSO 004/2026 AQUISIÇÃO DE ETIQUETAS E CAPAS DE PROCESSO
22. PROCESSO 006/2026 AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS.

Os processos foram formalizados de acordo com a Lei nº 14.133/2021. Esta lei, que entrou em vigor em 1º de abril de 2021, estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos no âmbito da administração pública.

A formalização adequada dos processos de acordo com essa legislação é essencial para garantir a transparência, eficiência e legalidade nos procedimentos de compras e licitações.

RELATÓRIO PARA CONTROLE INTERNO REFERENTE AO 1º TRIMESTRE DE 2026 - SERTPREV				
NÚMERO PROCESSO/CONTRATO	FORNECEDOR	VALOR GLOBAL	OBJETO	INFORMAÇÕES
PROCESSO 001/2026	Aquisição Material de limpeza (SERTPEL – SHOPPING DA LIMPEZA)	R\$ 7.288,51	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE, DESCARTÁVEIS E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERTPREV, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE TERMO DE REFERÊNCIA	Início Processo Administrativo: 21/01/2026
DL 01/2026				
PROCESSO 002/2026	Aquisição de impressora de etiqueta – MAGAZINE LUIZA	R\$ 1.618,20	AQUISIÇÃO DE IMPRESSORA PARA ETIQUETAS PARA O INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE SERTÃOZINHO – SERTPREV, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE TERMO DE REFERÊNCIA	Início Processo Administrativo: 23/01/2026
DL 002/2026				
PROCESSO 003/2026	Parecer jurídico externo – MARIO BRUNHARA	R\$ 5.867,40	CONTRATAÇÃO DE PARECER JURÍDICO EXTERNO BASEADO NA LEI MUNICIPAL 6196/2016 E 7562/2025 SERTPREV, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE TERMO DE REFERÊNCIA	Início Processo Administrativo: 23/02/2026
IN 001/2026				
PROCESSO 004/2026	Aquisição de etiquetas e capas de processo - GRAFMAIS	R\$ 510,00	CONTRATAÇÃO ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE PRODUTOS GRÁFICOS PARA O SERTPREV.	Início Processo Administrativo: 26/01/2026
DL 003/2026				
PROCESSO 005/2026	Renovação do certificado do corpo de bombeiros'- GABRIEL ACHCAR	R\$ 1.400,00	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RENOVAÇÃO DO ALVARÁ DO CORPO DE BOMBEIRO DA SEDE E DA SALA DE ARQUIVO CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE TERMO DE REFERÊNCIA	Início Processo Administrativo: 09/03/2026
DL 004/2026				
PROCESSO 006/2026	Aquisição de eletrodomésticos – MAGAZINE LUIZA	R\$ 7.169,29	AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS PARA SEDE DO SERTPREV CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	Início Processo Administrativo: 10/03/2026
DL 005/2026				
CONTRATO 001/2026	Contratação de empresa de registradores eletrônicos de ponto – M3L	R\$ 2.340,00	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REGISTRO DE PONTO ELETRÔNICO6.	Início do contrato 10/04/2026
PROCESSO 007/2026				
DL 006/2026				
CONTRATO 001/2022	4º Renovação de contrato aditivo - ALBERTO AZRAK	R\$ 10.765,20	RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DO PRÉDIO DA SALA DE REUNÕES E DO ARQUIVO DO SERTPREV.	Início do contrato 31/03/2026
PROCESSO 004/2022				
4º RENOVAÇÃO – AUDESP				
APÓLICE DE SEGURO	Renovação do seguro veicular- PORTO SEGURO	R\$ 1.630,75	RENOVAÇÃO DO SEGURO VEICULAR DO SERTPREV.	Início da apólice: 25/04/2026
OFÍCIO 004/2026 FIN				
CONTRATO 001/2023	Renovação VIVO	R\$ 2.636,70	RENOVAÇÃO DE CONTRATO TELEFONIA MÓVEL COM A VIVO	Início do contrato: 19/04/2026
PROCESSO 004/2023				
3º contrato aditivo				
CONTRATO 001/2025		R\$ 46.719,96		



PROCESSO 001/2025	Renovação - Fatima		APOSTILAMENTO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DA SEDE DO SERTPREV.	Início de contrato: 01/03/2026
1º APOSTILAMENTO- AUDESP				

Durante o período analisado, observou-se que os procedimentos licitatórios e contratações administrativas observaram a legislação aplicável, não sendo identificadas irregularidades relevantes quanto à formalização dos processos.

9 - PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS E AFINS (EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA)

“A educação previdenciária diz respeito ao conjunto de ações de capacitação, qualificação, treinamento e formação específica ofertadas aos servidores públicos do ente federativo, da unidade gestora do RPPS, aos segurados e beneficiários em geral (servidores ativos, aposentados e pensionistas), aos gestores e conselheiros e aos diferentes profissionais que se relacionam ou prestam serviços ao RPPS, a respeito de assuntos relativos à compreensão do direito à previdência social e de seu papel como política pública, à gestão, governança e controles do RPPS nos seus mais variados aspectos (gestão de ativos e passivos, gestão de pessoas, benefícios, investimentos, orçamento, contabilidade, finanças, estruturas internas e externas de controle, dentre outros).

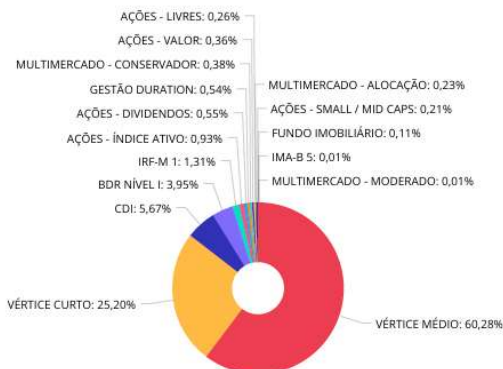
Também são contempladas pela educação previdenciária as ações de divulgação das informações relativas ao resultado da gestão do RPPS para os diferentes órgãos e entidades integrantes do governo do ente federativo, para instituições públicas e privadas e para o conjunto da sociedade.”

Não houve participação de nenhum servidor ativo, aposentado ou pensionista em congressos, cursos e treinamento no período analisado.

10 - INVESTIMENTOS

A gestão dos recursos garantidores do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) foi conduzida em conformidade com a Política Anual de Investimentos, observando os princípios da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza das obrigações previdenciárias e transparência, em consonância com a Resolução CMN nº 4.963/2021 e demais normas aplicáveis.

Distribuição dos ativos por Sub-Segmentos - base (Janeiro / 2026)

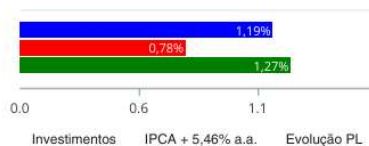


VÉRTICE MÉDIO	462.812.577,37	VÉRTICE CURTO	193.497.695,91	CDI	43.567.308,38	BDR NÍVEL I	30.309.979,90
IRF-M 1	10.022.857,31	AÇÕES - ÍNDICE ATIVO	7.112.485,89	AÇÕES - DIVIDENDOS	4.196.082,00	GESTÃO DURATION	4.175.128,18
MULTIMERCADO - CONSERVADOR	2.950.508,27	AÇÕES - VALOR	2.771.015,33	AÇÕES - LIVRES	2.023.774,20	MULTIMERCADO - ALOCAÇÃO	1.794.464,10
AÇÕES - SMALL / MID CAPS	1.601.139,65	FUNDO IMOBILIÁRIO	818.520,00	IMA-B 5	68.908,10	MULTIMERCADO - MODERADO	48.511,92

Retorno e Meta de Rentabilidade acumulados no ano de 2026

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo no Mês	Retorno	Retorno Acum	Retorno Mês	Retorno Acum	Meta Mês	Meta Acum	Gap Acum	VaR
Janeiro	752.438.456,80	5.052.690,36	4.407.200,00	762.030.608,95	8.946.661,79	8.946.661,79	1,19%	1,19%	0,78%	0,78%	153,20%	0,71%

Investimentos x Meta de Rentabilidade x PL



"Constatou-se que a carteira permaneceu aderente à Política de Investimentos, observando-se os limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021."

11 – CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

O Instituto teve as seguintes instituições/fundos credenciados ou atualizados:

Instituição	Situação	Atualização
Banco do Brasil	Credenciada	13/01/2025
Caixa Econômica Federal	Credenciada	13/01/2025
Santander	Credenciada	13/01/2025
BTG Pactual	Credenciada	13/01/2025
Sicredi	Credenciada	13/01/2025
Itaú	Credenciada	13/01/2025
Safra	Credenciada	13/01/2025
Schroder	Credenciada	13/01/2025

Observou-se que as instituições financeiras integrantes da carteira permaneciam regularmente credenciadas perante o Instituto, atendendo aos critérios estabelecidos na Política de Investimentos e na legislação vigente.

12 – CONTABILIDADE

A análise contábil do primeiro trimestre de 2026 foi realizada com base nos demonstrativos contábeis, financeiros e orçamentários do Instituto, bem como nas informações transmitidas ao Sistema AUDESP do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, visando verificar a regularidade dos registros e a situação patrimonial do RPPS.

12.1 - Audesp

Prestação das informações contábeis e orçamentárias ao TCE-SP exigidas, apresenta-se os dados:

RELATÓRIO GERENCIAL: SITUAÇÃO DE ENTREGA								
INFORMAÇÕES SOBRE O RELATÓRIO								
Data/Hora de Geração do Relatório:	23/07/2026 19:30							
Data/Hora da Última Atualização da Situação de Entrega:	23/07/2026 03:28							
DADOS INFORMADOS:								
Município:	Sertãozinho							
Entidade:	INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE SERTAOZINHO-SERTPREV							
Período:	01/2026 a 03/2026							
Tipo de Documento	Referência	Ano	Dt. Prazo de Entrega	Entregue	Entregue no Prazo	Dt. de Entrega	Auditor	Área
BALANCETE-ISOLADO-CONTA-CONTABIL	1	2026	19/03/2026	Sim	Sim	10/03/2026	Dr. Valdenir Antônio Polizeli	UR-6
BALANCETE-ISOLADO-CONTA-CORRENTE	1	2026	19/03/2026	Sim	Sim	10/03/2026	Dr. Valdenir Antônio Polizeli	UR-6

Conciliações Bancárias Mensais	1	2026	30/03/2026	Sim	Sim	24/03/2026	Dr. Valdenir Antônio Polizeli	UR-6
Atualização do Cadastro Geral de Entidades - Mensal	1	2026	10/02/2026	Sim	Sim	09/02/2026	Dr. Valdenir Antônio Polizeli	UR-6
Fundos de Investimento	1	2026	02/04/2026	Sim	Sim	31/03/2026	Dr. Valdenir Antônio Polizeli	UR-6
Demonstrativo de Receitas Previdenciárias	1	2026	10/03/2026	Sim	Sim	10/03/2026	Dr. Valdenir Antônio Polizeli	UR-6
BALANCETE-ISOLADO-CONTA-CONTABIL	2	2026	06/04/2026	Sim	Sim	25/03/2026	Dr. Valdenir Antônio Polizeli	UR-6
BALANCETE-ISOLADO-CONTA-CORRENTE	2	2026	06/04/2026	Sim	Sim	25/03/2026	Dr. Valdenir Antônio Polizeli	UR-6
Conciliações Bancárias Mensais	2	2026	16/04/2026	Sim	Sim	15/04/2026	Dr. Valdenir Antônio Polizeli	UR-6
Atualização do Cadastro Geral de Entidades - Mensal	2	2026	10/03/2026	Sim	Sim	04/03/2026	Dr. Valdenir Antônio Polizeli	UR-6
Fundos de Investimento	2	2026	27/04/2026	Sim	Não	18/05/2026	Dr. Valdenir Antônio Polizeli	UR-6
Demonstrativo de Receitas Previdenciárias	2	2026	10/04/2026	Sim	Sim	25/03/2026	Dr. Valdenir Antônio Polizeli	UR-6
BALANCETE-ISOLADO-CONTA-CONTABIL	3	2026	22/04/2026	Sim	Sim	15/04/2026	Dr. Valdenir Antônio Polizeli	UR-6
BALANCETE-ISOLADO-CONTA-CORRENTE	3	2026	22/04/2026	Sim	Sim	15/04/2026	Dr. Valdenir Antônio Polizeli	UR-6
Conciliações Bancárias Mensais	3	2026	04/05/2026	Sim	Sim	24/04/2026	Dr. Valdenir Antônio Polizeli	UR-6
Atualização do Cadastro Geral de Entidades - Mensal	3	2026	10/04/2026	Sim	Sim	10/04/2026	Dr. Valdenir Antônio Polizeli	UR-6
Fundos de Investimento	3	2026	11/05/2026	Sim	Não	19/05/2026	Dr. Valdenir Antônio Polizeli	UR-6
Demonstrativo de Receitas Previdenciárias	3	2026	11/05/2026	Sim	Sim	27/04/2026	Dr. Valdenir Antônio Polizeli	UR-6
Demonstrativo da Rentabilidade e Evolução dos Investimentos	3	2026	11/05/2026	Sim	Sim	04/05/2026	Dr. Valdenir Antônio Polizeli	UR-6

Quadro – Situação das Entregas de Informações ao TCESP

Competência	Informações/Obrigações	Situação	Observação
jan/2026	Balancete – Conta Contábil	☒ Entregue no prazo	Regular
jan/2026	Balancete – Conta Corrente	☒ Entregue no prazo	Regular
jan/2026	Conciliações Bancárias	☒ Entregue no prazo	Regular
jan/2026	Atualização do Cadastro Geral de Entidades	☒ Entregue no prazo	Regular
jan/2026	Fundos de Investimento	☒ Entregue no prazo	Regular
jan/2026	Demonstrativo de Receitas Previdenciárias	☒ Entregue no prazo	Regular

fev/2026	Balancete – Conta Contábil	✓ Entregue no prazo	Regular
fev/2026	Balancete – Conta Corrente	✓ Entregue no prazo	Regular
fev/2026	Conciliações Bancárias	✓ Entregue no prazo	Regular
fev/2026	Atualização do Cadastro Geral de Entidades	✓ Entregue no prazo	Regular
fev/2026	Fundos de Investimento	⚠ Entregue fora do prazo	Entrega intempestiva
fev/2026	Demonstrativo de Receitas Previdenciárias	✓ Entregue no prazo	Regular
mar/2026	Balancete – Conta Contábil	✓ Entregue no prazo	Regular
mar/2026	Balancete – Conta Corrente	✓ Entregue no prazo	Regular
mar/2026	Conciliações Bancárias	✓ Entregue no prazo	Regular
mar/2026	Atualização do Cadastro Geral de Entidades	✓ Entregue no prazo	Regular
mar/2026	Fundos de Investimento	⚠ Entregue fora do prazo	Entrega intempestiva
mar/2026	Demonstrativo de Receitas Previdenciárias	✓ Entregue no prazo	Regular
mar/2026	Demonstrativo da Rentabilidade e Evolução dos Investimentos	✓ Entregue no prazo	Regular

No período analisado, a maior parte das obrigações foi entregue dentro dos prazos estabelecidos pelo TCESP. Foram identificadas duas entregas intempestivas, ambas referentes ao item “Fundos de Investimento”, nas competências de fevereiro e março de 2026.

Na competência fevereiro/2026, o prazo de entrega era 27/04/2026, tendo a informação sido encaminhada em 18/05/2026. Na competência março/2026, o prazo era 11/05/2026, com entrega realizada em 19/05/2026.

Avaliação do Controle Interno:

A situação geral das prestações de informações ao TCESP apresenta-se majoritariamente regular, recomendando-se, contudo, o acompanhamento específico das obrigações relacionadas aos Fundos de Investimento, com adoção de controles internos de prazo para evitar novas entregas intempestivas.

12.2 – Análise das Receitas

Com base nos balancetes do período de janeiro a março de 2026 do Instituto de Previdência Municipal de Sertãozinho – SERTPREV, observa-se a receita e despesa, conforme demonstrado a seguir:

Resumo dos demonstrativos do período de janeiro a março de 2026:

Resumo Geral			
Mês	Receita Total	Despesa Total	Superávit
Janeiro	R\$ 8.151.137,82	R\$ 7.072.054,66	R\$ 1.079.083,16
Fevereiro	R\$ 10.273.957,99	R\$ 7.215.954,72	R\$ 3.058.003,27
Março	R\$ 8.801.539,53	R\$ 7.044.542,81	R\$ 1.756.996,72
1º Trimestre	R\$ 27.226.635,34	R\$ 21.332.552,19	R\$ 5.894.083,15

O Instituto arrecadou R\$ 27,23 milhões no primeiro trimestre, mantendo elevado nível de arrecadação.

Janeiro

A receita alcançou R\$ 8,15 milhões, composta principalmente por:

- Contribuição Patronal: R\$ 2,21 milhões
- Contribuição Suplementar: R\$ 2,31 milhões
- Contribuição dos Servidores: R\$ 1,79 milhão
- Compensação Previdenciária: R\$ 1,57 milhão

O rendimento das aplicações financeiras foi relativamente baixo (R\$ 71,3 mil).

Fevereiro

Observou-se crescimento de 26,0% em relação a janeiro.

- O principal fator foi o expressivo rendimento das aplicações financeiras:
- Rendimentos financeiros: R\$ 2,96 milhões

Além disso:

- aumento da contribuição patronal;
- crescimento da contribuição suplementar;
- manutenção da arrecadação previdenciária.

A compensação previdenciária, entretanto, caiu para R\$ 304,7 mil, parcialmente compensada pelo excelente desempenho dos investimentos.

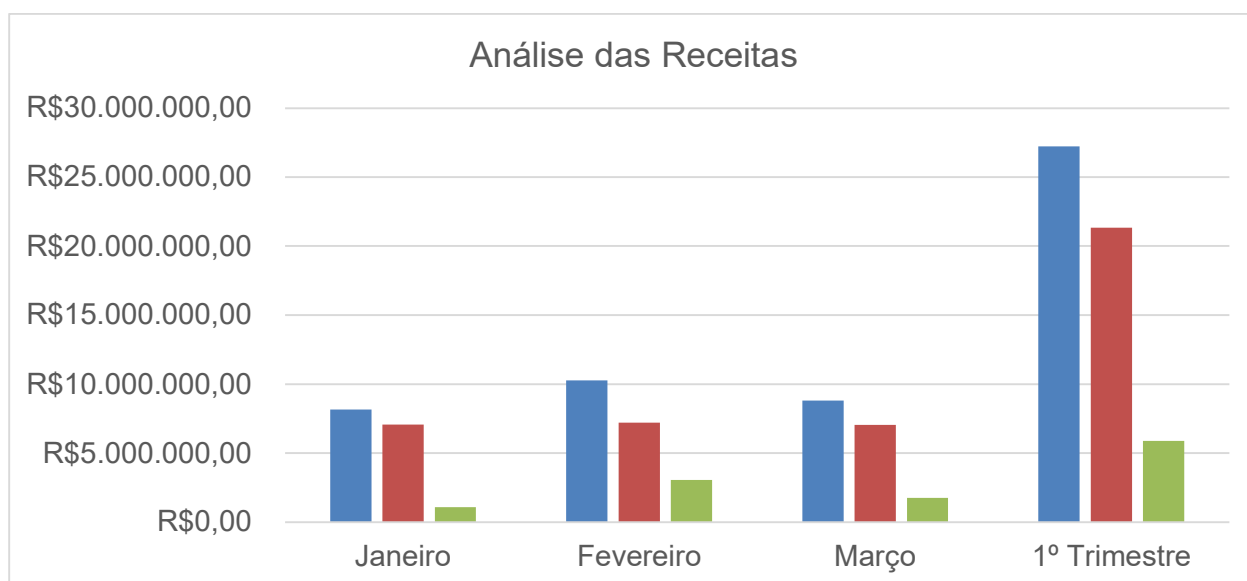
Março

A receita reduziu para R\$ 8,80 milhões, queda de aproximadamente 14,3% frente a fevereiro.

Essa redução ocorreu principalmente porque:

- o rendimento financeiro caiu para R\$ 94,6 mil;
- em fevereiro houve um ganho extraordinário nas aplicações.

Em contrapartida, verificou-se aumento expressivo da compensação previdenciária (R\$ 1,83 milhão), amenizando a redução da receita total.



Observa-se que a arrecadação previdenciária manteve comportamento estável durante o primeiro trimestre de 2026, sendo sustentada principalmente pelas contribuições dos servidores ativos, do ente patronal e pela contribuição suplementar. Destaca-se que os rendimentos das aplicações financeiras e os repasses da Compensação Previdenciária (COMPREV) apresentaram oscilações entre os meses, influenciando o resultado financeiro mensal. De forma geral, a composição das receitas demonstra diversificação das fontes de custeio e reforça a capacidade do RPPS em financiar suas obrigações previdenciárias.

12.3 – Análise das Despesas

As despesas apresentaram comportamento bastante estável.

Análise das Despesas	
Mês	Despesas
Janeiro	R\$ 7,07 milhões
Fevereiro	R\$ 7,22 milhões
Março	R\$ 7,04 milhões

A maior parte das despesas corresponde aos benefícios previdenciários.

Janeiro

- Aposentadorias e pensões: **R\$ 6,78 milhões (95,8% da despesa)**
- Pessoal administrativo: **R\$ 117,7 mil**
- Outras despesas administrativas: **R\$ 178,3 mil**

Fevereiro

O mês apresentou aumento devido à inclusão de:

- Outras despesas previdenciárias: **R\$ 266 mil**

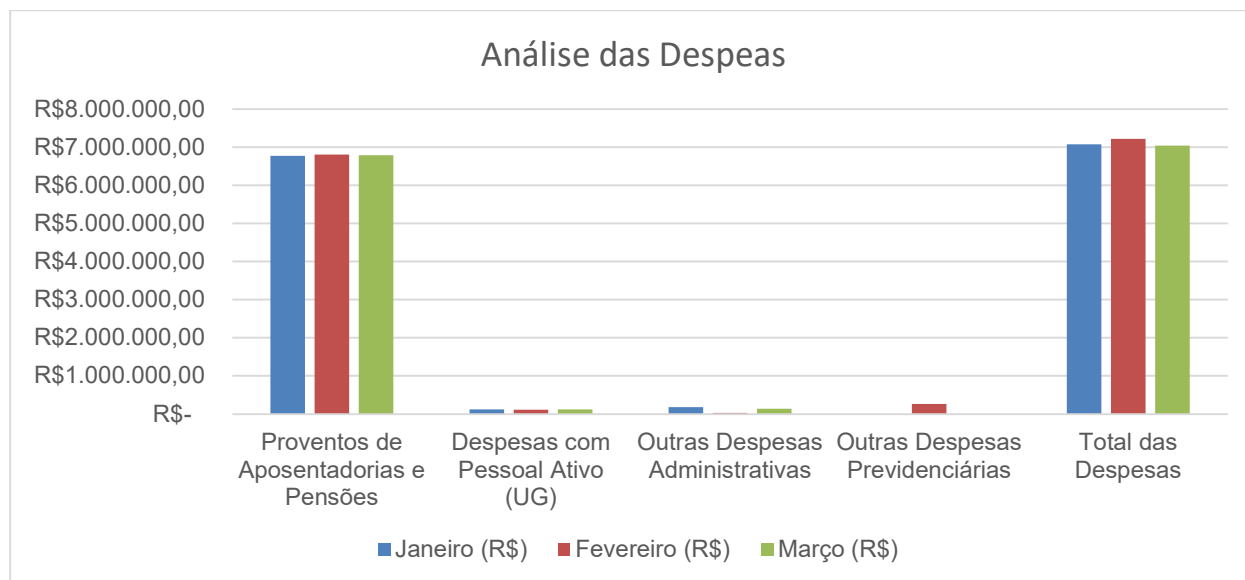
Mesmo assim, os benefícios previdenciários permaneceram responsáveis por

aproximadamente **94%** da despesa total.

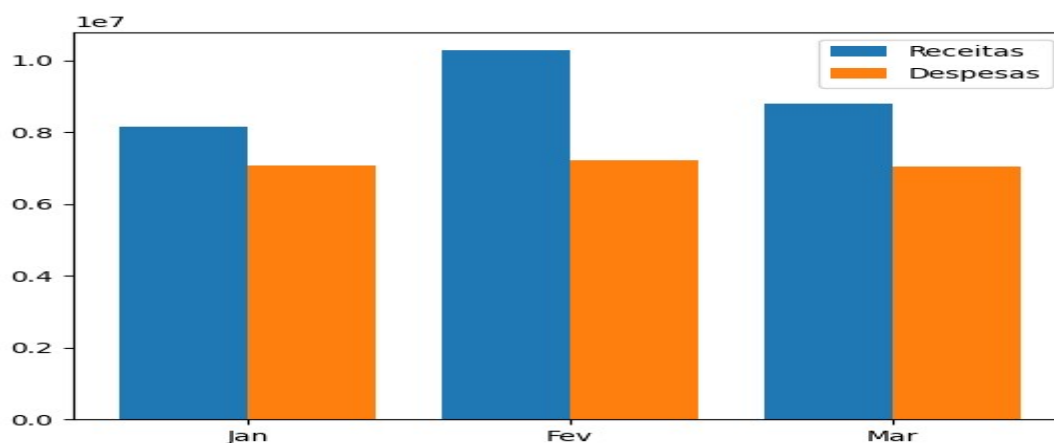
Março

As despesas retornaram ao patamar de janeiro.

Os benefícios previdenciários continuaram representando aproximadamente **96%** dos gastos do Instituto.



Comparativo – Receitas x Despesas (Janeiro a Março de 2026)



A composição das despesas demonstra que a maior parcela dos recursos foi destinada ao pagamento de aposentadorias e pensões, finalidade principal do Regime Próprio de Previdência Social. As despesas administrativas permaneceram reduzidas, evidenciando observância aos princípios da economicidade e eficiência na gestão dos recursos públicos.

12.4 - Resultado Financeiro

O Instituto apresentou superávit em todos os meses.

Resultado Financeiro	
Mês	Resultado
Janeiro	R\$ 1,08 milhão
Fevereiro	R\$ 3,06 milhões
Março	R\$ 1,76 milhão

12.5 - Considerações sobre os Investimentos

Os investimentos apresentaram comportamento positivo durante todo o trimestre.

Considerações sobre os Investimentos			
Mês	Variação Financeira	Retorno	Meta Atuarial
Janeiro	R\$ 8,95 milhões	1,19%	0,78%
Fevereiro	R\$ 7,81 milhões	1,02%	1,08%
Março	R\$ 10,71 milhões	1,39%	1,35%

Observações:

- **Janeiro:** o retorno superou a meta atuarial.
- **Fevereiro:** houve leve desempenho abaixo da meta atuarial (1,02% frente a 1,08%).
- **Março:** o retorno voltou a superar a meta, demonstrando recuperação da carteira.

A carteira de investimentos apresentou comportamento compatível com a Política Anual de Investimentos, mantendo adequada diversificação entre os segmentos autorizados pela legislação vigente. As oscilações observadas decorrem das condições do mercado financeiro, sem comprometer a liquidez e a segurança necessárias ao cumprimento das obrigações previdenciárias.

Indicadores Financeiros – 1º Trimestre de 2026

Indicador	Valor	Situação
 Receita Arrecadada	R\$ 27.226.635,34	●
 Despesa Executada	R\$ 21.332.552,19	●
 Superávit Financeiro	R\$ 5.894.083,15	●
 Benefícios Previdenciários Pagos	R\$ 20.372.305,99	●
 COMPREV Recebido	R\$ 3.700.733,94	●
 Rendimentos Financeiros	R\$ 3.121.918,19	●

Conclusão Técnica

Os demonstrativos evidenciam que o SERTPREV manteve equilíbrio financeiro durante o primeiro trimestre de 2026. A arrecadação foi suficiente para suportar todas as despesas previdenciárias e administrativas, gerando um superávit acumulado de R\$ 5,89 milhões. As despesas permaneceram estáveis e concentradas, como esperado, no pagamento de aposentadorias e pensões, enquanto as receitas mostraram maior volatilidade em razão dos rendimentos das aplicações financeiras e da compensação previdenciária. De forma geral, os resultados indicam uma situação financeira sólida, com adequada capacidade de cobertura das obrigações do regime próprio e desempenho satisfatório da carteira de investimentos ao longo do período.

12.6 – Pagamento de Precatórios

Durante o período analisado não houve pagamento de precatórios pelo Instituto, **não sendo identificados impactos dessa natureza nas despesas do RPPS.**

13 - SENTENÇA DE AUDITORIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

O órgão analisado obteve, nos três últimos exercícios apreciados, os seguintes Julgamentos.

Exercícios	Processos	Julgamentos
2024	TC-002566.989.24	Regulares com ressalvas
2023	TC-002662.989.23	Regulares com ressalvas
2022	TC-002451.989.22	Regulares com ressalvas
2021	TC-003056.989.21	Irregulares, com recomendações
2020	TC-004567.989.20	Regulares com ressalvas, com determinações
2019	TC-003056.989.19	Regulares com ressalvas, com recomendações

Observa-se que, nos exercícios mais recentes, as contas do Instituto vêm sendo julgadas regulares com ressalvas, demonstrando evolução dos controles internos e aprimoramento da gestão administrativa, sem prejuízo da necessidade de atendimento contínuo às recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Em relação ao exercício de 2024, destaca-se o seguinte trecho da decisão proferida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

EXTRATO: Pelos motivos expressos na sentença proferida, nos termos do que dispõe o art. 4º, inciso II, da Lei Complementar nº 979/05 e a Resolução nº 12/2025, **JULGO REGULARES, COM RESSALVA**, as contas de 2024 do Instituto Municipal de Previdência de Sertãozinho – SERTPREV, com amparo no art. 33, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, com as recomendações e as determinações mencionadas nesta decisão. Quito o responsável, Sr. Vanderlei Moscardini de Oliveira, nos termos do art. 35, do citado diploma legal.

Excetuo os atos pendentes de julgamento por este Tribunal. Encaminhe-se cópia desta decisão ao Ministério Público de São Paulo, nos termos desta decisão. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra desta decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Mencionamos aqui o Sei nº 3551702.402.00017189/2026-01, referente ao BALANÇO ANUAL 2024 DO SERTPREV, conforme abaixo:

De acordo com o posicionamento da Procuradoria Jurídica Autárquica:

1. Decisão do Tribunal de Contas – Regularidade com ressalvas

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo julgou regulares com ressalvas as contas do exercício de 2024 do Instituto Municipal de Previdência de Sertãozinho – SERTPREV, nos autos do Processo TC-002566.989.24-0, conforme sentença proferida em 30 de março de 2026, com trânsito em julgado certificado em 07 de maio de 2026 (documentos anexos).

Na decisão, a Corte de Contas expediu recomendações e determinações destinadas ao aperfeiçoamento da gestão previdenciária, advertindo que seu descumprimento ou reincidência poderá ensejar a reprovação de contas futuras e a aplicação de sanções aos responsáveis.

Registre-se que contribuíram para a aprovação das contas a regularidade na atuação dos Conselhos de Administração e Fiscal, a inexistência de apontamentos relevantes quanto ao Controle Interno, a manutenção do Certificado de Regularidade Previdenciária durante todo o exercício de 2024 e a obtenção da classificação “B” nos indicadores IEG-Prev e ISP-RPPS.

2. Gestão atuarial

A sentença registrou a persistência de elevado déficit atuarial, apurado em R\$ 1.038.283.033,48 ao final de 2024, recomendando a continuidade das medidas voltadas ao equilíbrio financeiro e atuarial do regime e o acompanhamento da implementação das alterações previdenciárias promovidas pelo Município.

Nesse ponto, é sabido que após o exercício analisado houve a publicação da Lei Complementar Municipal nº 366/2025, em 30 de dezembro de 2025, que promoveu a Reforma da Previdência no âmbito do Município de Sertãozinho em adequação aos parâmetros da Emenda Constitucional nº 103/2019, bem como a implementação de novo plano de equacionamento atuarial.

Não obstante, permanece imprescindível a atuação contínua do SERTPREV na manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, mediante acompanhamento permanente das avaliações atuariais, monitoramento da efetividade das medidas implementadas, observância das premissas de custeio e

adoção de providências administrativas e legislativas adicionais que eventualmente se revelem necessárias à sustentabilidade do regime previdenciário municipal.

Ainda em relação à matéria atuarial, o Tribunal identificou inconsistência no Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA, consistente na omissão da projeção da taxa de juros real utilizada nos exercícios analisados.

Dessa forma, é necessário que o SERTPREV, em conjunto com a consultoria atuarial contratada, promova a regularização das informações encaminhadas ao sistema CADPREV, assegurando fidelidade às premissas atuariais adotadas.

3. Investimentos e contabilização dos rendimentos

Embora reconhecida a regularidade formal da gestão dos investimentos, a Corte recomendou a manutenção de gestão ativa da carteira, observando critérios de segurança, rentabilidade, liquidez e diversificação, com vistas ao atingimento da meta atuarial nos exercícios futuros.

Foi apontada, ainda, inconsistência na contabilização dos rendimentos das aplicações financeiras, recomendando-se que o reconhecimento orçamentário dos ganhos ocorra somente por ocasião do efetivo resgate ou desinvestimento, nos termos da IPC-14, do Comunicado SDG nº 30/2018 e da Lei nº 4.320/1964. Necessário, portanto, a revisão dos procedimentos adotados, evidenciando, com clareza, o atendimento à recomendação.

4. Estrutura administrativa e gestão de pessoal – Gratificação de função

O Tribunal recomendou a adequação do quadro de pessoal do SERTPREV às necessidades administrativas da autarquia, diante da elevada dependência de servidores cedidos pelo Município.

Além disso, foi determinado na sentença a observância do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal quanto à criação e concessão de gratificações, reconhecendo que tais vantagens dependem de lei específica.

Registra-se que sobreveio a Lei Municipal nº 7.586/2026, que promoveu ampla reestruturação administrativa do SERTPREV, alterando dispositivos da Lei Municipal nº 6.393/2018 e da Lei Municipal nº 7.356/2024.

A nova legislação passou a prever expressamente quadro próprio composto por cargos efetivos, cargo em comissão e funções gratificadas, com definição legal de quantitativos, remuneração, requisitos de investidura e atribuições, superando a precariedade estrutural anteriormente apontada pela fiscalização.

Verifica-se, portanto, que a Administração Municipal adotou providências normativas concretas destinadas à superação das impropriedades apontadas pelo Tribunal de Contas, especialmente quanto: à insuficiência estrutural do quadro funcional; à excessiva dependência de servidores cedidos; e à ausência de previsão legal formal para funções gratificadas.

5. Abono assiduidade

O Tribunal considerou irregular o pagamento do abono assiduidade previsto no artigo 90 da Lei Complementar Municipal nº 320/2016 e recomendou que o SERTPREV diligencie junto aos órgãos competentes visando à revogação do referido dispositivo legal.

Diante disso, entendo que o SERTPREV deve encaminhar ofício ao Chefe do Poder Executivo Municipal, bem como ao Presidente da Câmara Municipal, acompanhado de cópia da sentença, para que adotem as medidas necessárias à revogação do art.90 da LC 320/2016.

6. Controle patrimonial

A divergência identificada entre os registros contábeis e patrimoniais foi relevada em razão da posterior conciliação dos saldos. Todavia, o Tribunal determinou que a matéria seja objeto de acompanhamento nas futuras fiscalizações.

Com efeito, necessário o controle contínuo, mantendo a coerência e a regularidade dos saldos patrimoniais.

7. Conclusão

Diante do exposto, encaminho o presente expediente a todos os setores do SERTPREV, para que tomem ciência do teor da sentença, que segue anexa, bem como para que adotem as medidas necessárias ao cumprimento das recomendações e determinações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

13.2 - Análise da Resolução nº 01/2025 – que disciplina as consignações facultativas em folha de pagamento dos aposentados e pensionistas

O Controle Interno procedeu à análise da Resolução nº 01/2025, a qual regulamenta as consignações facultativas em folha de pagamento dos aposentados e pensionistas vinculados ao SERTPREV. Observou-se que a norma está em conformidade com a legislação aplicável e contempla as recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, especialmente no tocante ao aperfeiçoamento dos procedimentos de controle, à formalização das autorizações e à adoção de mecanismos que assegurem maior transparência e segurança nas operações.

A Resolução estabelece diretrizes claras quanto à margem consignável, aos critérios de credenciamento das entidades consignatárias e às formas de validação das autorizações, prevendo inclusive o uso de sistemas eletrônicos auditáveis e métodos de autenticação segura. Da mesma forma, foram instituídos procedimentos de fiscalização, penalidades e fluxos de atendimento que visam resguardar os beneficiários e garantir a integridade e rastreabilidade dos processos.

Com base na avaliação realizada, conclui-se que a regulamentação apresenta avanços significativos para o fortalecimento dos controles internos e para a padronização das rotinas operacionais, contribuindo para a segurança jurídica, a governança institucional e o alinhamento às boas práticas administrativas.

Em decorrência da análise realizada, foi emitido, nos termos do artigo 19, o Parecer Técnico da Controladoria Interna – Diagnóstico do Endividamento dos Servidores –

Consignações em Folha, datado de 09/02/2026, transcrevemos aqui parte:

PARECER TÉCNICO – CONTROLADORIA INTERNA
Diagnóstico do Endividamento dos Servidores – Consignações em Folha

I – RELATÓRIO

Trata-se de análise técnica da situação de comprometimento da renda dos servidores mediante descontos consignados em folha de pagamento, conforme dados extraídos da planilha **Relatório de Consignável – janeiro/2026**.

A avaliação considerou o percentual consignado em relação à base de cálculo remuneratória.

II – UNIVERSO ANALISADO

Total de servidores: **886**

Campo analisado: **CONSIG_PORC**

Referência: Percentual de comprometimento da remuneração

Média dos proventos: R\$ 5.838,77

Média do valor consignado: R\$ 1.801,41

Média do percentual consignado: 74,10%

Maior percentual de consignação identificado: 200%

Menor percentual de consignação identificado: 0,61%

RELATÓRIO ESTATÍSTICO CONSOLIDADO

Indicadores Gerais de Endividamento

- Média geral de comprometimento: **74,10%**
- Mediana: **68,65%**
- Maior percentual identificado: **200%**
- Menor percentual: **0,61%**

O nível médio indica **endividamento elevado e generalizado**.

Distribuição por Faixa de Comprometimento

Faixa	Quantidade	Percentual
Até 50%	284	32,0%
Acima de 50%	602	68,0%
Acima de 70%	416	47,0%
Igual ou acima de 100%	216	24,4%

As faixas denominadas “acima de 50%”, “acima de 70%” e “igual ou acima de 100%” possuem natureza cumulativa, sendo utilizadas exclusivamente para demonstrar níveis progressivos de gravidade do comprometimento da renda funcional.

MAPA DE RISCO – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

RISCO CRÍTICO – $\geq 100\%$

- 216 servidores
- Comprometimento integral ou superior da remuneração/margem consignada
- Possível violação normativa e risco social severo

RISCO ALTO – 70% a 99%

- 200 servidores
- Situação de forte vulnerabilidade financeira

RISCO MODERADO – 50% a 69%

- 186 servidores
- Próximos do limite prudencial

RISCO CONTROLADO – até 49%

- 284 servidores
- Dentro de patamar aceitável

DIAGNÓSTICO QUALITATIVO

Situações Críticas Identificadas

- Elevada concentração de servidores acima do limite legal
- Existência de consignações superiores à própria remuneração
- Margem consignável praticamente inexistente na maioria
- Risco institucional elevado de judicialização
- Fragilidade no controle preventivo de consignações

ANÁLISE DE RISCO INSTITUCIONAL

Administrativo

- Possível descumprimento de limites normativos
- Vulnerabilidade econômica dos servidores
- Crescimento de pedidos de revisão
- Aumento de afastamentos por questões financeiras

Jurídico

- Responsabilização do ente por falha de controle
- Questionamentos sobre validade das autorizações
- Ações por superendividamento

Governança

- Ausência de bloqueio automático por limite
- Falta de auditoria periódica das consignações
- Controle manual insuficiente

QUADRO ESTATÍSTICO GERAL

Indicador	Resultado
Total de servidores	886
Média de comprometimento	74,10%

Indicador	Resultado
Mediana	68,65%
>50%	602
>70%	416
≥100%	216

CONCLUSÃO DA CONTROLADORIA

Os dados demonstram cenário de **endividamento sistêmico severo**, considerando que:

- Apenas **32%** dos servidores estão em faixa considerada segura;
- **68%** já ultrapassam o limite prudencial de 50%;
- Quase **metade 47%** apresenta comprometimento elevado (>70%);
- **1 em cada 4 servidores** possui comprometimento integral ou superior da renda.

O Setor de benefícios de gestão de pessoas contactou e está contactando o fornecedor bem como o servidor para as devidas regularizações nos termos da resolução.

14 - REPASSES PREVIDENCIÁRIOS / MOVIMENTAÇÕES

As contribuições previdenciárias, devidas pela Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, SAEMAS, SERTPREV e pelos servidores inativos (aposentados e pensionistas), foram repassadas ao Instituto Municipal de Previdência de Sertãozinho – SERTPREV dentro do respectivo prazo de vencimento. É essencial que esses repasses ocorram pontualmente para garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário e assegurar o pagamento adequado dos benefícios aos servidores aposentados e pensionistas.

O valor total repassado foi de **R\$ 19.363.460,23 (dezenove milhões, trezentos e sessenta e tres mil, quatrocentos e sessenta reais e vinte e tres centavos)**, conforme tabela a seguir:

Tabela das Receitas - Janeiro, Fevereiro e Março de 2026

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL SERTÃOZINHO SERTPREV		
Demonstrativo das Receitas		
DESCRIÇÃO DA RECEITA	JANEIRO/2026	ACUMULADO NO ANO
CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR ATIVO – 14%	R\$ 1.794.790,33	R\$ 1.794.790,33
CONTRIBUIÇÃO APOSENTADOS E PENSIONISTA – 14%	R\$ 100.444,20	R\$ 100.444,20
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL – 17,2%	R\$ 2.205.028,51	R\$ 2.205.028,51
CONTRIBUIÇÃO SUPLEMENTAR - 21,50%	R\$ 2.309.402,59	R\$ 2.309.402,59
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	R\$ 1.568.316,71	R\$ 1.568.316,71
DEMAIS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (TAC)	R\$ 71.269,87	R\$ 71.269,87
TOTAL	R\$ 8.151.137,82	R\$ 8.151.137,82

Demonstrativo das Despesas		
DESCRIÇÃO DA DESPESA	JANEIRO/2026	ACUMULADO NO ANO
	EMPENHADO	EMPENHADO
PROVENTOS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	R\$ 6.775.990,05	R\$ 6.775.990,05
DESPESAS COM PESSOAL ATIVO - UG	R\$ 117.721,87	R\$ 117.721,87
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	R\$ 178.342,74	R\$ 178.342,74
OUTRAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	R\$ -	R\$ -
TOTAL	R\$ 7.072.054,66	R\$ 7.072.054,66

Rendimento das Aplicações Financeiras		
	JANEIRO/2026	
	PREVIDENCIÁRIO	TAXA
VARIAÇÃO MENSAL DOS INVESTIMENTOS	R\$ 8.946.661,79	R\$ 66.887,09
RETORNO %	1,19%	1,18%
META MENSAL ATUARIAL	0,78%	0,78%
RETORNO ACUMULADO	1,19%	1,18%
META ATUARIAL ACUMULADA	0,78%	0,78%
TOTAL ACUMULADO NO ANO	R\$ 8.946.661,79	R\$ 66.887,09

Servidores vinculados ao RPPS	
SERVIDORES INATIVOS	JANEIRO/2026
Número de Aposentados	965
Número de Pensionistas	170
TOTAL DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	1.135

Servidores com direito à Paridade com RPPS	756
Servidores com Reajuste pelo índice do RGPS	379
TOTAL DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	1135

SERVIDORES ATIVOS	JANEIRO/2026
Prefeitura Municipal	2114
Câmara Municipal	34
Saemas	52
Sertprev	6
Total de Servidores Ativos	2.206
TOTAL GERAL	3.341

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL SERTÃOZINHO SERTPREV		
Demonstrativo das Receitas		
DESCRIÇÃO DA RECEITA	FEVEREIRO/2026	ACUMULADO NO ANO
CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR ATIVO – 14%	R\$ 1.826.727,92	R\$ 3.621.518,25
CONTRIBUIÇÃO APOSENTADOS E PENSIONISTA – 14%	R\$ 100.444,20	R\$ 200.888,40
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL – 17,2%	R\$ 2.244.266,35	R\$ 4.449.294,86

CONTRIBUIÇÃO SUPLEMENTAR - 21,5%	R\$ 2.805.332,25	R\$ 5.114.734,84
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA -	R\$ 304.693,57	R\$ 1.873.010,28
RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	R\$ 2.956.050,62	R\$ 3.027.320,49
DEMAIS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (TAC)	R\$ 36.443,08	R\$ 138.328,69
TOTAL	R\$ 10.273.957,99	R\$ 18.425.095,81

Demonstrativo das Despesas		
DESCRIÇÃO DA DESPESA	FEVEREIRO/2026	ACUMULADO NO ANO
	EMPENHADO	EMPENHADO
PROVENTOS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	R\$ 6.806.514,36	R\$ 13.582.504,41
DESPESAS COM PESSOAL ATIVO - UG	R\$ 112.545,86	R\$ 230.267,73
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	R\$ 30.894,50	R\$ 209.237,24
OUTRAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	R\$ 266.000,00	R\$ 266.000,00
TOTAL	R\$ 7.215.954,72	R\$ 14.288.009,38

Rendimento das Aplicações Financeiras		
	FEVEREIRO/2026	
	PREVIDENCIÁRIO	TAXA
VARIAÇÃO MENSAL DOS INVESTIMENTOS	R\$ 7.805.111,83	R\$ 125.555,19
RETORNO %	1,02%	0,97%
META MENSAL ATUARIAL	1,08%	1,08%
RETORNO ACUMULADO	2,22%	2,16%
META ATUARIAL ACUMULADA	1,87%	1,87%
TOTAL ACUMULADO NO ANO	R\$ 16.751.773,62	R\$ 192.442,28

Servidores vinculados ao RPPS	
SERVIDORES INATIVOS	FEVEREIRO/2026
Número de Aposentados	967
Número de Pensionistas	171
TOTAL DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	1.138

Servidores com direito à Paridade com RPPS	758
Servidores com Reajuste pelo índice do RGPS	380
TOTAL DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	1138

SERVIDORES ATIVOS	FEVEREIRO/2026
Prefeitura Municipal	2203
Câmara Municipal	34
Saemas	51
Sertprev	6
Total de Servidores Ativos	2.294
TOTAL GERAL	3.432

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL SERTÃOZINHO SERTPREV		
Demonstrativo das Receitas		
DESCRIÇÃO DA RECEITA	MARÇO/2026	ACUMULADO NO ANO
CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR ATIVO – 14%	R\$ 1.753.143,21	R\$ 5.374.661,46
CONTRIBUIÇÃO APOSENTADOS E PENSIONISTA – 14%	R\$ 100.444,20	R\$ 301.332,60
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL – 17,2%	R\$ 2.153.860,88	R\$ 6.603.155,74
CONTRIBUIÇÃO SUPLEMENTAR - 21,5%	R\$ 2.692.326,61	R\$ 7.807.061,45
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA -	R\$ 1.827.723,66	R\$ 3.700.733,94
RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	R\$ 94.597,70	R\$ 3.121.918,19
DEMAIS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (TAC)	R\$ 179.443,27	R\$ 317.771,96
TOTAL	8.801.539,53	R\$ 27.226.635,34

Demonstrativo das Despesas		
DESCRIÇÃO DA DESPESA	MARÇO/2026	ACUMULADO NO ANO
	EMPENHADO	EMPENHADO
PROVENTOS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	R\$ 6.789.801,58	R\$ 20.372.305,99
DESPESAS COM PESSOAL ATIVO - UG	R\$ 117.637,42	R\$ 347.905,15
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	R\$ 137.103,81	R\$ 346.341,05
OUTRAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	R\$ 0,00	R\$ 266.000,00
TOTAL	R\$ 7.044.542,81	R\$ 21.332.552,19

Rendimento das Aplicações Financeiras		
	MARÇO/2026	
	PREVIDENCIÁRIO	TAXA
VARIAÇÃO MENSAL DOS INVESTIMENTOS	R\$ 10.712.502,13	R\$ 201.437,28
RETORNO %	1,39%	1,17%
META MENSAL ATUARIAL	1,35%	1,35%
RETORNO ACUMULADO	3,64%	3,36%
META ATUARIAL ACUMULADA	3,24%	3,24%
TOTAL ACUMULADO NO ANO	R\$ 27.464.275,75	R\$ 393.879,56

Servidores vinculados ao RPPS	
SERVIDORES INATIVOS	MARÇO/2026
Número de Aposentados	967
Número de Pensionistas	172
TOTAL DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	1.139

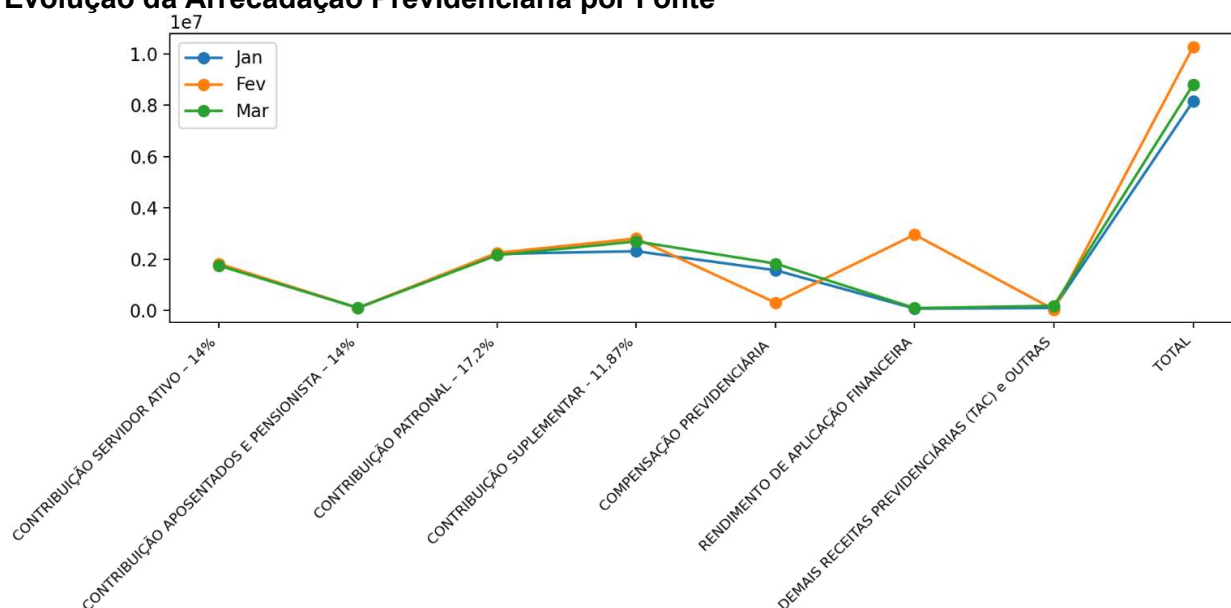
Servidores com direito à Paridade com RPPS	759
Servidores com Reajuste pelo índice do RGPS	380
TOTAL DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	1139

SERVIDORES ATIVOS	MARÇO/2026
Prefeitura Municipal	2202
Câmara Municipal	34
Saemas	52
Sertprev	6
Total de Servidores Ativos	2.294
TOTAL GERAL	3.433

Evolução da Arrecadação Previdenciária por Fonte

Fonte de Receita	Janeiro (R\$)	Fevereiro (R\$)	Março (R\$)
Contribuição dos Servidores Ativos	R\$ 1.794.790,33	R\$ 1.826.727,92	R\$ 1.753.143,21
Contribuição de Aposentados e Pensionistas	R\$ 100.444,20	R\$ 100.444,20	R\$ 100.444,20
Contribuição Patronal	R\$ 2.205.028,51	R\$ 2.244.266,35	R\$ 2.153.860,88
Contribuição Suplementar	R\$ 2.309.402,59	R\$ 2.805.332,25	R\$ 2.692.326,61
Compensação Previdenciária (COMPREV)	R\$ 1.568.316,71	R\$ 304.693,57	R\$ 1.827.723,66
Rendimentos de Aplicações Financeiras	R\$ 71.269,87	R\$ 2.956.050,62	R\$ 94.597,70
Demais Receitas Previdenciárias	R\$ 101.885,61	R\$ 36.443,08	R\$ 179.443,27
Total Arrecadado	R\$ 8.151.137,82	R\$ 10.273.957,99	R\$ 8.801.539,53

Evolução da Arrecadação Previdenciária por Fonte



Composição das Despesas Previdenciárias

Despesas	Janeiro (R\$)	Fevereiro (R\$)	Março (R\$)
Proventos de Aposentadorias e Pensões	R\$ 6.775.990,05	R\$ 6.806.514,36	R\$ 6.789.801,58
Despesas com Pessoal Ativo (UG)	R\$ 117.721,87	R\$ 112.545,86	R\$ 117.637,42
Outras Despesas Administrativas	R\$ 178.342,74	R\$ 30.894,50	R\$ 137.103,81
Outras Despesas Previdenciárias	R\$ -	R\$ 266.000,00	R\$ -
Total das Despesas	R\$ 7.072.054,66	R\$ 7.215.954,72	R\$ 7.044.542,81

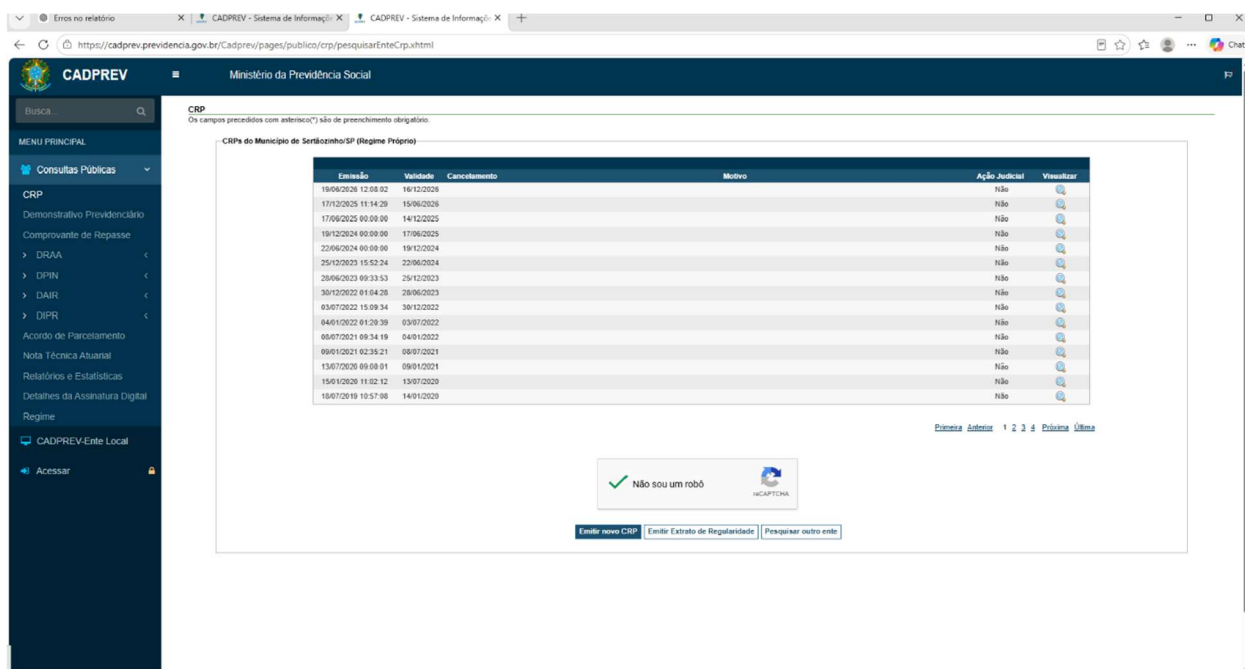
Constatou-se que todos os entes vinculados efetuaram os repasses das contribuições previdenciárias dentro dos prazos legais, contribuindo para a manutenção do equilíbrio financeiro do Regime Próprio de Previdência Social e para o cumprimento das obrigações previdenciárias do Instituto.

15 - CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA (CRP) - INDICADORES INSTITUCIONAIS – REGULARIDADE FISCAL

O RPPS permaneceu durante todo o exercício com:

- CRP válido.

O Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) que é certificado, na forma do disposto no Art. 9º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, no Decreto nº 3.788, de 11 de abril de 2001, e na Portaria nº 204, de 10 de julho de 2008, que o município está em situação regular em relação a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, foi emitido administrativamente em 19/06/2026 e válido até 16/12/2026, conforme pode ser consultado no link [C.R.P e Atuarial | Instituto Municipal de Previdência de Sertãozinho - SP \(sertprev.com.br\)](http://C.R.P%20e%20Atuarial%20|%20Instituto%20Municipal%20de%20Previd%C3%ancia%20de%20Sert%C3%a3o%20zinho%20-%20SP%20(sertprev.com.br))



Emissão	Validade	Cancelamento	Motivo	Ação Judicial	Visualizar
19/06/2020 12:00:02	19/12/2020			Não	
17/12/2020 11:14:29	15/06/2021			Não	
17/06/2020 00:00:00	14/12/2020			Não	
18/12/2020 00:00:00	17/06/2021			Não	
22/06/2020 00:00:00	19/12/2020			Não	
25/12/2020 15:52:24	22/06/2021			Não	
28/06/2020 09:33:53	25/12/2020			Não	
30/12/2020 01:04:28	28/06/2021			Não	
03/07/2022 15:09:34	30/12/2022			Não	
04/01/2022 01:29:39	03/07/2022			Não	
06/07/2021 09:34:19	04/01/2022			Não	
09/01/2021 02:35:21	06/07/2021			Não	
13/07/2020 09:00:01	09/01/2021			Não	
15/01/2020 11:02:12	13/07/2020			Não	
18/07/2019 10:57:08	14/01/2020			Não	

A manutenção da regularidade do CRP demonstra que o Instituto atende aos requisitos legais e administrativos estabelecidos pela legislação federal aplicável aos Regimes Próprios de Previdência Social, permitindo a continuidade das transferências voluntárias e demais operações condicionadas à sua validade.

15.1 – Indicadores institucionais

IEG-Prev - Classificação: B

ISP-RPPS - Classificação: B

Embora positivos, ambos possuem espaço para evolução.

Durante todo o período analisado observou-se:

- ✓ recolhimento das contribuições dentro dos prazos legais;
- ✓ inexistência de parcelamentos;
- ✓ inexistência de inadimplência previdenciária;
- ✓ manutenção do acordo COMPREV;
- ✓ RPPS ativo e regular.

Esses indicadores demonstram adequada governança administrativa e financeira.

15.2 – Regularidade fiscal

Documento	Órgão Emissor	Situação	Validade	Observação
Certificado de Regularidade FGTS (CRF)	Caixa Econômica Federal	Regular	01/07/2026 30/07/2026	Certifica a regularidade do SERTPREV perante o FGTS.

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Tribunal Superior do Trabalho (TST)	Negativa	Até 26/08/2026	Não consta inadimplência no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão de Regularidade Estadual	Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo	Regular	6 meses contados da expedição (até agosto/2026)	Não constam débitos declarados ou apurados pendentes de inscrição em Dívida Ativa Estadual

16 - CÁLCULO ATUARIAL

16.1 – Relatório de Avaliação Atuarial – 31/12/2025

O relatório apresenta a avaliação atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) de Sertãozinho, elaborada pela EC2G Assessoria e Consultoria, com o objetivo de verificar o equilíbrio financeiro e atuarial do plano previdenciário, conforme a Constituição Federal, a Lei nº 9.717/1998 e a Portaria MTP nº 1.467/2022. Também considera as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 366/2025, que reorganizou o RPPS municipal.

Principais objetivos

A avaliação teve como finalidade:

- analisar a legislação previdenciária municipal;
- verificar a qualidade da base cadastral dos segurados;
- calcular as provisões matemáticas;
- avaliar o plano de custeio;
- verificar a existência de déficit ou superávit atuarial;
- propor medidas para manutenção do equilíbrio do RPPS.

Hipóteses atuariais

Entre as principais premissas utilizadas destacam-se:

- taxa real de juros: 5,46% ao ano;
- tábuas biométricas IBGE 2024 segregadas por sexo;
- crescimento real dos salários: 1% ao ano;
- crescimento real dos benefícios: 0%;
- rotatividade dos servidores: 0%;
- compensação previdenciária estimada em 5% dos benefícios futuros.

Base cadastral

O estudo concluiu que:

- a base cadastral estava atualizada (outubro/2025);
- apresentou consistência considerada satisfatória;
- possui qualidade suficiente para a elaboração da avaliação atuarial, embora recomende aperfeiçoamentos contínuos, especialmente quanto aos dados de dependentes e

cônjuges.

Situação patrimonial do RPPS

Ativos financeiros

O patrimônio financeiro do RPPS totalizou aproximadamente:

R\$ 769,95 milhões

Distribuição:

91,58% em renda fixa;

6,73% em renda variável;

1,58% em outros ativos;

pequena participação em investimentos imobiliários.

Provisões matemáticas

Os compromissos futuros do RPPS foram estimados em:

Benefícios a conceder: R\$ 736,30 milhões

Benefícios concedidos: R\$ 859,43 milhões

Total das provisões matemáticas:

R\$ 1.595.728.634,17.

Compensação previdenciária

Valor estimado a receber: R\$ 97,21 milhões.

Resultado atuarial

Antes da consideração do plano de amortização:

Ativos: R\$ 769,95 milhões

Passivo atuarial: R\$ 1,596 bilhão

Resultado:

Déficit atuarial de R\$ 728,57 milhões.

Entretanto, considerando o plano de amortização previsto na Lei Municipal nº 7.330/2024, cujo valor presente é de aproximadamente R\$ 1,038 bilhão, o resultado passa para:

Superávit atuarial de R\$ 309,34 milhões.

Plano de custeio

A avaliação conclui que a alíquota atualmente vigente é suficiente para o custeio normal do plano.

Contribuições:

Ente: 17,20% (incluindo taxa administrativa);

Servidores ativos: 14,00%;

Aposentados e pensionistas: 14% sobre a parcela que exceder o teto do RGPS.

Alíquota total:

31,20%.

Plano de amortização

O relatório recomenda manter o plano de amortização do déficit atuarial já previsto em lei, com contribuições suplementares progressivas ao longo de aproximadamente 29 anos, atendendo às exigências da Portaria nº 1.467/2022.

Conclusão

A avaliação conclui que:

o RPPS possui elevado patrimônio financeiro;

existe insuficiência patrimonial quando comparada ao passivo atuarial, gerando déficit técnico;

esse déficit é integralmente coberto pelo plano legal de amortização;

com a manutenção das contribuições e do plano de amortização, o regime apresenta equilíbrio atuarial projetado, preservando sua sustentabilidade no longo prazo.

Em síntese: o relatório indica que, apesar do elevado passivo previdenciário (cerca de R\$ 1,6 bilhão), o RPPS de Sertãozinho dispõe de um plano de financiamento capaz de equilibrar suas obrigações futuras, desde que as contribuições e o plano de amortização sejam mantidos conforme a legislação vigente.

17 – PRÓ-GESTÃO

O Instituto tem avançado de forma significativa na implantação do Programa Pró-Gestão RPPS, demonstrando compromisso com a modernização da gestão e o fortalecimento da governança institucional.

As informações completas sobre as etapas já concluídas estão disponíveis, na íntegra, no link: [Pró-Gestão](#).

A continuidade das ações voltadas à certificação Pró-Gestão fortalece a governança institucional, amplia a transparência administrativa e contribui para o aperfeiçoamento contínuo dos processos internos do Instituto.

CONCLUSÃO: O Sr. Uindsor Aparecido de Souza elaborou Termo de Referência visando à contratação de empresa especializada em assessoria, com o objetivo de dar continuidade à implantação do Programa Pró-Gestão RPPS.

17.1 - Planejamento 2024-2025

O planejamento das ações para o biênio 2024-2025 representa um passo estratégico e estruturado para o fortalecimento institucional do Instituto. Abrangendo todas as áreas da entidade, esse plano reflete o compromisso com uma gestão pública eficiente, orientada por metas claras e alinhada à missão e visão organizacionais. A elaboração e a implementação do plano estratégico não apenas contribuem para a otimização dos recursos e processos, mas também reforçam os pilares da Governança, promovendo maior transparência e controle sobre as ações executadas. O documento completo está disponível, na íntegra, no link: [PLANEJAMENTO 2024_2025_EEvFbe7bJIFEZIK2JNyq4b4Ix.pdf](#) (sertprev.com.br)

CONCLUSÃO: Para o biênio 2026-2027, não foi elaborado o planejamento das ações, em razão das demandas de serviços apresentadas no período, que demandaram a priorização das atividades operacionais e administrativas dos setores.

18 - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL E COMITÊ DE INVESTIMENTOS

18.1 - Tabela prática para análise dos Conselhos e Comitê de Investimento do SERTPREV

Conselhos:

Situação do candidato	Pode ser conselheiro?	Observação
Servidor efetivo ativo do Município	 PODE	Desde que atenda à legislação municipal e aos demais requisitos legais.
Servidor efetivo aposentado	 PODE	Desde que a legislação local permita e sejam atendidos os requisitos aplicáveis.
Pensionista do RPPS	 DEPENDE	Deve ser verificado se a legislação municipal permite sua representação.
Segurado do RPPS	 PODE	O Pró-Gestão exige, no Nível I, pelo menos 1 representante dos segurados no Conselho Deliberativo.
Representante indicado pelo ente federativo	 PODE	Desde que preenchidos os requisitos legais; o Manual recomenda que sejam representantes definidos na legislação do ente.
Pessoa sem vínculo com o RPPS	 DEPENDE	Somente se houver previsão na legislação municipal para essa representação.
Pessoa com antecedentes criminais que impeçam o atendimento do art. 8º-B	 NÃO PODE	O Conselho Deliberativo deve comprovar os requisitos relativos aos antecedentes pessoais.
Pessoa sem certidões exigidas	 NÃO DEVE SER HABILITADA	É necessário comprovar as certidões exigidas para atendimento dos requisitos legais.
Pessoa enquadrada nas hipóteses de inelegibilidade da LC nº 64/1990 mencionadas no Manual	 NÃO PODE	Deve apresentar declaração de que não incide nessas situações.
Pessoa sem certificação profissional	 ATENÇÃO	Para o Pró-Gestão, a certificação dos conselheiros é exigida conforme os critérios estabelecidos no Manual. No Nível I, deve haver certificação da maioria dos titulares de cada Conselho.
Pessoa com certificação vencida	 IRREGULAR	A certificação deve estar dentro do prazo de validade na auditoria de certificação.
Pessoa sem nível superior	 PODE no Nível I/II	Não há exigência geral de nível superior para todos os conselheiros nesses níveis.
Pessoa sem nível superior no Pró-Gestão Nível III	 DEPENDE	No Nível III, a maioria dos membros deve ter formação superior.
Pessoa sem nível superior no Pró-Gestão Nível IV	 NÃO PODE	No Nível IV, todos os membros devem ter formação superior.

Pessoa escolhida fora do procedimento previsto na legislação municipal	❌ NÃO PODE	O processo de escolha deve estar disciplinado na legislação local.
Pessoa cujo mandato esteja em desacordo com a legislação local	❌ NÃO PODE	Mandato e hipóteses de substituição devem observar a legislação local.

Conselho de Administração: maioria dos titulares certificados.

Conselho Fiscal: maioria dos titulares certificados.

Comitê de Investimento:

Situação do candidato	PODE?	Condição / motivo
Servidor efetivo ativo, filiado ao RPPS	✅ PODE	Desde que atenda aos demais requisitos e, sendo ativo, possua estabilidade quando exigida para a vaga.
Servidor efetivo aposentado pelo SERTPREV	✅ PODE	Pode ocupar as vagas destinadas a servidor efetivo ou aposentado, observados os requisitos legais.
Servidor em estágio probatório	❌ NÃO PODE	Não atende ao requisito de estabilidade exigido para servidor ativo nas vagas correspondentes.
Servidor comissionado sem vínculo efetivo	❌ NÃO PODE	Não se enquadra na condição de servidor efetivo exigida pela legislação para as vagas correspondentes.
Pessoa sem vínculo com o RPPS	❌ NÃO PODE	Para as vagas destinadas a servidor efetivo/aposentado, é necessária a condição prevista na Lei nº 7.356/2024.
Servidor efetivo de outro Município, não vinculado ao SERTPREV	❌ NÃO PODE	Não atende à condição de filiação ao RPPS do Município para as vagas correspondentes.
Servidor efetivo estável e filiado ao SERTPREV	✅ PODE	É uma das situações compatíveis com as vagas previstas na legislação.
Aposentado beneficiário do SERTPREV	✅ PODE	Desde que se enquadre na vaga e nos requisitos legais.
Pensionista do SERTPREV	⚠️ NÃO AUTOMATICAMENTE	Ser pensionista, por si só, não o enquadra nas vagas destinadas a servidor efetivo ou aposentado.
Pessoa sem certificação profissional exigida	❌ NÃO PODE PERMANECER COMO TITULAR REGULAR	A certificação profissional é requisito essencial para o membro do Comitê.
Pessoa com certificação vencida	❌ NÃO REGULAR	A certificação precisa estar válida.
Pessoa com certificação válida e compatível	✅ PODE	Atende ao requisito de certificação, desde que cumpra os demais requisitos.
Titular sem certificação, enquanto os demais estão certificados	❌ NÃO	Diferentemente dos Conselhos, no Comitê a exigência de certificação alcança todos os titulares .
Suplente sem certificação	⚠️ NÃO RECOMENDADO	Deve manter a documentação e certificação em situação regular para eventual substituição.

Pessoa com condenação criminal impeditiva	❌ NÃO PODE	Há requisito de inexistência de condenação/antecedente impeditivo.
Pessoa enquadrada em hipótese impeditiva da LC nº 64/1990	❌ NÃO PODE	Deve ser verificada a declaração e a inexistência do impedimento aplicável.
Pessoa que não apresenta as certidões exigidas	❌ NÃO DEVE SER HABILITADA	A documentação comprobatória é necessária para a habilitação.
Pessoa indicada pela autoridade competente	✅ PODE	Desde que também preencha os demais requisitos.
Pessoa indicada por autoridade que não possui competência para aquela vaga	❌ NÃO PODE	A indicação deve obedecer à Lei nº 7.356/2024.
Pessoa nomeada sem ato formal	❌ NÃO DEVE SER CONSIDERADA REGULAR	A nomeação/indicação deve estar formalizada.
Pessoa com conflito de interesses incompatível com a função	❌ NÃO DEVE SER HABILITADA	Deve ser analisada a situação concreta e as regras aplicáveis.
Pessoa sem experiência anterior em investimentos	⚠️ PODE, EM PRINCÍPIO	A ausência de experiência, isoladamente, não deve ser confundida com a exigência de certificação e demais requisitos legais.
Pessoa com conhecimento/experiência em investimentos e certificação válida	✅ PODE	Situação desejável para o exercício da função.
Pessoa com ensino superior	✅ PODE	É uma condição positiva, mas não deve ser tratada isoladamente como requisito geral para todas as vagas.
Pessoa sem ensino superior	⚠️ PODE, EM PRINCÍPIO	Deve-se verificar a legislação aplicável e o nível de Pró-Gestão buscado; não é correto transformar automaticamente essa condição em impedimento geral.
Superintendente do SERTPREV	✅ PODE	A Lei nº 7.356/2024 prevê sua participação como membro permanente, devendo cumprir os requisitos aplicáveis.
Pessoa que não atende ao Regimento Interno do Comitê	❌ NÃO PODE	Deve cumprir as regras de funcionamento e participação do colegiado.

O Comitê do SERTPREV não é apenas consultivo. Pela Lei nº 7.356/2024, ele decide, por maioria, sobre investimentos e desinvestimentos, tendo como parâmetro a Política de Investimentos previamente aprovada pelo Conselho de Administração.

Comitê de Investimentos: TODOS os titulares certificados.

18.2 – Conselho de Administração

Conselho de Administração

O Conselho de Administração participa da governança do RPPS, sendo responsável por homologar as deliberações do Comitê de Investimentos. As decisões são registradas nas respectivas atas das reuniões.

Além disso:

- As datas, locais de reunião e atas do Conselho de Administração são disponibilizadas aos segurados e beneficiários, em atendimento às exigências da Portaria MTP nº 1.467/2022.

A composição do Conselho de Administração do Instituto Municipal de Previdência de Sertãozinho – SERTPREV foi estabelecida pela **Portaria nº 007/2025**, observando os critérios previstos na Lei Municipal nº 7.356/2024. O colegiado é formado por representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, do SAEMAS, do SERTPREV e dos servidores públicos municipais, assegurando a participação dos diversos segmentos na governança do Regime Próprio de Previdência Social.

Composição do Conselho de Administração		
Representação	Conselheiro Titular	Conselheiro Suplente
Poder Executivo	Alessandra Aparecida Capelin de Souza	Thiago Carvalho dos Santos
Poder Legislativo	Juliana Caroline dos Santos Chiaretti	Sabrina Galatti Rosa
SAEMAS	Alfredo Ricardo Mateus Teixeira	Elizabeth Luiza Iozzi Vieira
SERTPREV	Adriana Matiles Bernardo	Marcos Antônio Trovo
Sindicato dos Servidores Municipais (Ativos e Inativos)	Elizabeth Aparecida Schiavinatto	Celso Luis Gomes Martins

Mesa Diretora do Conselho de Administração

Durante a reunião realizada em **08 de setembro de 2025**, foi eleita a Mesa Diretora do Conselho de Administração.

Mesa Diretora	
Cargo	Conselheiro(a)
Presidente	Adriana Matiles Bernardo
Vice-Presidente	Elizabeth Luiza Iozzi Vieira
Secretária	Elizabeth Aparecida Schiavinatto

O Conselho de Administração do SERTPREV realizou reuniões ordinárias durante o primeiro trimestre de 2026, exercendo as competências previstas na legislação municipal, especialmente no acompanhamento da gestão administrativa, financeira e previdenciária do Instituto.

Calendário das Reuniões Ordinárias do Conselho de Administração – 2026

O documento estabelece o cronograma oficial das reuniões ordinárias do Conselho de Administração do SERTPREV para o exercício de 2026, definidas nos termos do Regimento Interno de Conselho de Administração.

Calendário das Reuniões Ordinárias do Conselho de Administração - 2026

Mês	Data
Janeiro	23/01/2026
Fevereiro	25/02/2026
Março	20/03/2026
Abril	24/04/2026
Maio	22/05/2026
Junho	19/06/2026
Julho	24/07/2026
Agosto	21/08/2026
Setembro	18/09/2026
Outubro	23/10/2026
Novembro	25/11/2026
Dezembro	18/12/2026

Observou-se que as deliberações do Conselho de Administração foram formalizadas em atas, evidenciando a regular participação do colegiado na governança do Instituto.

18.3 – Conselho Fiscal

Conselho Fiscal

O relatório faz referência ao Conselho Fiscal apenas no aspecto da transparência:

- As datas, locais e atas das reuniões do Conselho Fiscal também são disponibilizadas aos segurados e beneficiários.

O Conselho Fiscal desempenhou regularmente suas atribuições legais, analisando balancetes, demonstrativos contábeis, investimentos e demais documentos submetidos à sua apreciação, emitindo pareceres nos termos da legislação vigente.

Não foram identificadas recomendações do Conselho Fiscal que indicassem irregularidades relevantes durante o período analisado.

A composição do Conselho Fiscal do Instituto Municipal de Previdência de Sertãozinho – SERTPREV foi estabelecida pela **Portaria nº 005/2025**, observando os critérios previstos na Lei Municipal nº 7.356/2024. O colegiado é formado por representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, do SAEMAS, do SERTPREV e dos servidores públicos municipais, assegurando a participação dos diversos segmentos na governança do Regime Próprio de Previdência Social.

Composição do Conselho Fiscal		
Representação	Conselheiro Titular	Conselheiro Suplente
Poder Executivo	Claudete Marisa B. Fernandes	Marli Ap. F. Bozzo
Poder Legislativo	Silvio José Balbino Júnior	Leonardo Cancian
Sindicato dos Servidores Municipais	Keila Rosa Valengo	Welida Rosana Andrade

Calendário das Reuniões Ordinárias do Conselho Fiscal – 2026

Mês/Ano	Data
Fechamento do ano de 2025	19/03/2026
1º Bimestre de 2026	23/04/2026
2º Bimestre de 2026	21/05/2026
Maio	25/06/2026
Julho	20/08/2026
Agosto	24/09/2026
Setembro	22/10/2026
Outubro	26/11/2026
Novembro	17/12/2026
Fechamento do ano de 2026	A definir

Resumo dos Documentos do Conselho Fiscal do SERTPREV Exercício de 2025

Ata da Reunião do Conselho Fiscal de 16/12/2025;

Parecer do Conselho Fiscal referente às contas de setembro e outubro de 2025;

Relatório Anual de Atividades do Conselho Fiscal – Exercício 2025;

Relatório de Atividades e Parecer Anual (versão final).

Em conjunto, os documentos demonstram que o Conselho Fiscal exerceu regularmente suas funções de fiscalização sobre a gestão administrativa, financeira, contábil, atuarial e patrimonial do SERTPREV durante o exercício de 2025, concluindo pela regularidade das contas da Autarquia.

1. Atividades desenvolvidas pelo Conselho Fiscal

Durante 2025 o Conselho Fiscal realizou reuniões ordinárias para acompanhar a gestão do Instituto, analisando:

- processos administrativos;
- licitações e contratações;
- processos de aposentadorias e pensões;
- balancetes contábeis;
- investimentos;
- avaliação atuarial;
- controle interno;
- ouvidoria;
- política de investimentos;
- demais atos administrativos.

Todas as deliberações foram registradas em atas e encaminhadas à Administração do SERTPREV. Também foi destacada a transparência da equipe técnica na disponibilização das informações solicitadas.

Compras e Licitações

O Conselho analisou diversos processos licitatórios e contratações realizadas durante 2025.

Foram examinados processos referentes a:

- aquisição de materiais de expediente;
- combustíveis;
- toners;
- materiais gráficos;
- controle de pragas;
- apostilamentos contratuais;
- contratação de cursos de capacitação.

Após análise documental, não foram identificadas irregularidades ou indícios de ilegalidade, sendo constatado que as contratações observaram a Lei Federal nº 14.133/2021.

Benefícios Previdenciários

Foram analisados, por amostragem, processos de:

- aposentadorias;
- pensões por morte.

O Conselho observou:

- documentação completa;
- fundamentação legal;
- cálculos previdenciários;
- regularidade dos pagamentos.

Não foram encontrados pagamentos indevidos ou inconsistências nos processos analisados.

Balancetes Contábeis

Foram examinados:

- balancetes mensais;
- extratos bancários;
- folhas de pagamento;
- receitas;
- despesas;
- contribuições previdenciárias.

Constatou-se que:

- contribuições dos servidores (14%);
- contribuições patronais (17,20%);
- contribuições suplementares para amortização do déficit atuarial (18%)
- foram regularmente recolhidas e contabilizadas.

Não foram identificadas inconsistências contábeis.

Taxa de Administração

O Conselho observou-se situação financeira positiva.

Principais indicadores:

- saldo aproximado superior a R\$ 5 milhões;
- resultado financeiro superavitário;
- retorno dos investimentos acima da meta estabelecida.

Concluiu-se que a Taxa de Administração apresenta equilíbrio financeiro suficiente para custear as atividades administrativas do Instituto.

Investimentos

Os investimentos permaneceram enquadrados na Resolução CMN nº 4.963/2021.

Ao final de 2025 foram destacados:

- Rentabilidade acumulada: 11,58%
- Resultado financeiro: aproximadamente R\$ 77,99 milhões
- Meta atuarial: 9,50%
- Patrimônio investido: aproximadamente R\$ 752,4 milhões

A rentabilidade superou a meta atuarial, evidenciando desempenho positivo da carteira de investimentos.

Avaliação Atuarial

O relatório atuarial apontou:

- significativa redução do déficit atuarial;
- redução aproximada de 29,83%;
- economia atuarial estimada em aproximadamente R\$ 309 milhões.

A melhoria decorreu principalmente das alterações promovidas pela Lei Complementar Municipal nº 366/2026.

Controle Interno

Foi registrado que o Controle Interno realizou acompanhamento permanente das áreas de:

- benefícios;
- folha de pagamento;
- compensação previdenciária;
- investimentos;
- licitações;
- cálculo atuarial;
- auditorias;
- cadastramento;
- ouvidoria.

O relatório também registra a nomeação de Adriano Aparecido dos Santos para exercer a função de Controlador Geral Interno da Autarquia, com efeitos a partir de 02/12/2025. Não foram identificadas irregularidades na gestão.

Ouvidoria

A Ouvidoria manteve atendimento por:

- atendimento presencial;
- telefone;
- e-mail;
- sistema "Fale Conosco".

Durante o exercício de 2025 houve apenas três contatos por e-mail, sem registros de

denúncias ou reclamações relacionadas à gestão do Instituto.

Política de Investimentos para 2026

Foi analisada e aprovada a Política de Investimentos para 2026.

Foram observados:

- meta atuarial de IPCA + 5,46%;
- compatibilidade com o perfil do RPPS;
- atendimento integral à Resolução CMN nº 4.963/2021.

O Conselho concluiu que não existem vícios ou irregularidades na política proposta.

Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)

Foi confirmado que o Município permaneceu regular perante o Ministério da Previdência, mantendo o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) válido até junho de 2026.

Outros Assuntos

O Conselho destacou:

- adequação da Resolução nº 01/2025 sobre consignações em folha, em atendimento às recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP);
- participação dos Conselheiros em cursos e capacitações;
- importância da qualificação permanente dos membros dos órgãos colegiados.

Conclusão Geral

Após examinar toda a documentação administrativa, financeira, contábil, previdenciária e atuarial do exercício de 2025, o Conselho Fiscal concluiu que: não foram identificadas irregularidades relevantes; as contas apresentaram conformidade com a legislação vigente; os investimentos superaram a meta atuarial; a situação financeira da Autarquia mostrou-se sólida; os processos administrativos observaram os princípios da legalidade e da transparência. Dessa forma, o Conselho Fiscal manifestou-se favoravelmente à aprovação das contas do SERTPREV referentes ao exercício de 2025, bem como das contas dos meses de setembro e outubro de 2025.

18.4 – Comitê de Investimentos

Comitê de Investimentos

O relatório demonstra que o Comitê de Investimentos possui papel ativo na gestão dos recursos previdenciários.

Principais informações:

- Participa da formulação e execução da Política de Investimentos.
- Foi o **responsável pela decisão final** sobre as aplicações financeiras realizadas em 2025.
- Suas decisões foram posteriormente homologadas pelo Conselho de Administração.

- Todos os responsáveis pela gestão dos investimentos possuem experiência comprovada nas áreas exigidas pela legislação.
- Os membros possuem a certificação obrigatória para atuação no RPPS.
- Não houve condenações criminais ou situações de inelegibilidade envolvendo seus integrantes.
- Há registro formal de todas as deliberações em atas.

A composição do Comitê de Investimento do Instituto Municipal de Previdência de Sertãozinho – SERTPREV foi estabelecida pela **Portaria nº 006/2025**, observando os critérios previstos na Lei Municipal nº 7.356/2024. O colegiado é formado por representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, do SAEMAS, do SERTPREV e dos servidores públicos municipais, assegurando a participação dos diversos segmentos na governança do Regime Próprio de Previdência Social.

Composição do Comitê de Investimento		
Representação	Conselheiro Titular	Conselheiro Suplente
SERTPREV	Vanderlei Moscardini de Oliveira	Nihil
Poder Executivo	Giovana Pignata M. Schiavinato	Nihil
Poder Legislativo	Alcino da Silva	Luiz Gustavo C. Velani
Conselho de Administração	Elizabeth Aparecida Schiavinato	Yuri Soares Godoy
SERTPREV	Uindsor Aparecido da Silva	Adriano Aparecido dos Santos

Calendário das Reuniões Ordinárias do Comitê de Investimento– 2026

Mês/Ano	Data
Janeiro	12/01/2026
Fevereiro	11/02/2026
Março	11/03/2026
Abril	13/04/2026
Mai	11/05/2026
Junho	12/06/2026
Julho	13/07/2026
Agosto	12/08/2026
Setembro	11/09/2026
Outubro	14/10/2026
Novembro	13/11/2026
Dezembro	11/12/2026

Resumo dos pareceres do Comitê de Investimentos de Janeiro, fevereiro e março de 2026

Os pareceres apresentam a avaliação mensal da carteira de investimentos do SERTPREV, demonstrando o desempenho financeiro do Instituto, a evolução patrimonial, o cenário econômico e a conformidade com a Política de Investimentos e

com a Resolução CMN nº 4.963/2021.

Cenário Econômico

Janeiro

O cenário internacional permaneceu marcado pela expectativa de manutenção das taxas de juros norte-americanas, enquanto o mercado brasileiro apresentou atividade econômica aquecida e inflação dentro das expectativas. O Comitê destacou atenção às tensões geopolíticas envolvendo o Irã e seus possíveis impactos sobre a economia mundial.

Fevereiro

O Federal Reserve manteve os juros americanos, reforçando cautela quanto ao início do ciclo de redução das taxas. No Brasil, permaneceram expectativas de redução gradual da Selic ao longo do ano, embora persistissem incertezas políticas e econômicas. Os conflitos internacionais continuaram sendo fator relevante de risco para os mercados.

Março

Observou-se maior estabilidade internacional, com redução da volatilidade e melhora no fluxo para mercados emergentes. No Brasil, a inflação permaneceu controlada e a renda fixa continuou oferecendo elevada atratividade, enquanto os riscos permaneceram concentrados nas tensões geopolíticas envolvendo o Oriente Médio.

Execução Orçamentária

Durante todo o primeiro trimestre de 2026, o Instituto manteve equilíbrio entre receitas e despesas, apresentando margem fiscal confortável.

Receitas Totais

- Janeiro: R\$ 8,15 milhões
- Fevereiro: R\$ 10,27 milhões
- Março: R\$ 8,80 milhões

Despesas Totais

- Janeiro: R\$ 7,07 milhões
- Fevereiro: R\$ 7,22 milhões
- Março: R\$ 7,04 milhões

O principal gasto continuou sendo o pagamento de aposentadorias e pensões, enquanto as receitas previdenciárias e patronais mantiveram capacidade suficiente para suportar as despesas correntes.

Evolução da Carteira de Investimentos

O patrimônio administrado apresentou crescimento contínuo ao longo do trimestre.

Mês	Patrimônio
Janeiro	R\$ 762,03 milhões
Fevereiro	R\$ 769,81 milhões
Março	R\$ 781,88 milhões

O aumento patrimonial demonstra evolução positiva da carteira e adequado desempenho das aplicações financeiras.

Perfil da Carteira

Durante todo o trimestre observou-se predominância da aplicação em:

- Renda Fixa (aproximadamente 93%)
- Pequena participação em Renda Variável
- Fundos Estruturados
- Investimentos no Exterior (jan./fev.)

A composição demonstra estratégia conservadora, compatível com a Política de Investimentos dos RPPS.

Rentabilidade

A carteira apresentou desempenho superior à meta atuarial em todos os meses.

Mês	Rentabilidade	Meta
Janeiro	1,19%	0,78%
Fevereiro	1,02%	1,87% acumulada no ano
Março	1,39%	3,24% acumulada no ano

O Comitê ressalta que a renda fixa foi a principal responsável pelo desempenho positivo da carteira.

Conformidade dos Investimentos

Em todos os pareceres foi registrada a manutenção do enquadramento integral da carteira:

- atendimento à Resolução CMN nº 4.963/2021;
- respeito aos limites por segmento;
- adequada diversificação;
- controle dos riscos;
- observância da Política de Investimentos.

No parecer de março, o Comitê também destacou a intenção de revisar continuamente as alocações em busca de maior rentabilidade sem aumento da exposição ao risco.

Considerações Finais

Os três pareceres demonstram que:

- o patrimônio do SERTPREV apresentou crescimento consistente durante o primeiro trimestre de 2026;
- a carteira permaneceu predominantemente alocada em ativos de renda fixa, privilegiando segurança e liquidez;
- a rentabilidade superou a meta atuarial ao longo do período analisado;
- a gestão observou rigorosamente os limites legais e regulatórios;
- os principais fatores de risco monitorados foram os conflitos internacionais, seus impactos sobre o preço do petróleo, a inflação e o comportamento das taxas de juros.

Em síntese, o Comitê de Investimentos concluiu que a estratégia adotada no primeiro trimestre de 2026 foi adequada, preservando a segurança patrimonial do Instituto, mantendo conformidade regulatória e proporcionando desempenho compatível com os objetivos atuariais do RPPS.

19 – TRANSPARÊNCIA NO SITE DO INSTITUTO

COLETA DE DADOS REALIZADA NO Site no SERTPREV em 26/02/2026

Unidade Gestora: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Unidade Gestora: LEGISLAÇÃO

Leis: última postada foi nº 7356/2024;

Decretos: último postado foi nº 6703/2016

Resoluções:

Portarias:

Unidade Gestora: CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Atas – 2025: última postada foi 24/10/2025 – CA

Unidade Gestora: CONSELHO FISCAL

Atas – 2025: última postada foi em 21/08/2025;

Calendário de reuniões: atualizar;

Relatório de contas anuais: último postado foi em 2024;

Parecer do Conselho fiscal: último postado foi em 21/08/2025.

Unidade Gestora: COMITE DE INVESTIMENTO

Atas – 2025: última postada foi em 15/05/2025;

Plano de ação: último postado foi em 2024;

Pareceres do comitê de investimento: último postado foi em 01/2025.

Unidade Gestora: CONTROLADORIA

Legislação: Portaria SUP nº 01/2026

Unidade Gestora: RECURSOS HUMANOS – GESTÃO DE PESSOAS

Calendário de feriados e ponto facultativo: último postado foi em 2024;

Processo seletivo: último postado foi em 2024;

Tabela de vencimentos: último postado foi em 2024;

Resoluções e portarias: Relacionadas: licenças, afastamento e concessões diversas para os servidores ativos, atualizar.

Unidade Gestora: BENEFÍCIOS

Legislação: Lei Complementar Municipal nº 366/2025;

Portarias de concessão de aposentadorias&pensões;

Documentos necessários para solicitar aposentadoria&pensão;

Regras atuais para concessão dos benefícios.



Unidade Gestora: OUVIDORIA

Relatórios de atendimento: último postado foi em 01/2025.

Unidade Gestora: COMPREV

Relatórios de pagamento/recebimento(mensal): último postado foi em 08/2025.

Unidade Gestora: TCE-SP

Parecer anual: último postado foi as contas de 2022.

Unidade Gestora: REGULARIDADE FISCAL

Certidões: CRF-FGTS, atualizar;

Certidões: Tributos municipais, atualizar.

LICITAÇÕES

Legislação: Portarias (pregoeiros e equipe de apoio) e (Comissão de licitação e equipe de apoio), atualizar.

TRANSPARÊNCIA

Balanço e Demonstrativos: 2025, última postagem foi em 06/2025;

Balancete da receita: 2025, última postagem foi em 06/2025;

Demonstrativo de retorno de investimento: 2025, última postagem foi em 06/2025;

Balancete contábil: 2025, última postagem foi em 06/2025.

TRANSPARÊNCIA (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA SERTPREV)

Aba empenhos: vários que não há dados.

Estrutura organizacional: aparece a seguinte mensagem: 404 Page Not Found - The page you requested was not found.

e-SIC: aparece a seguinte mensagem: 404 Page Not Found - The page you requested was not found.

FAQ

CONCLUSÃO: Sugerimos que os responsáveis por cada setor, conforme definido no organograma administrativo do SERTPREV, realizem mensalmente a atualização e disponibilização dos relatórios e demais documentos pertinentes no site institucional, em conjunto com a empresa responsável pela administração da plataforma.

20 – ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O TCE (2024) E O IEG-PREV (2025)

A Controladoria Interna exerceu suas atribuições constitucionais e legais mediante acompanhamento contínuo das atividades administrativas, financeiras, contábeis, previdenciárias e patrimoniais do Instituto, buscando assegurar a legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e transparência dos atos administrativos.

Tema	Situação apontada pelo TCE (2024)	Situação evidenciada no IEG-PREV (2025)	Avaliação
Déficit atuarial	R\$ 1.038.283.033,48	R\$ 728.570.779,42	Melhoria expressiva (redução de

			aproximadamente R\$ 309,7 milhões).
Resultado financeiro	Superávit	Superávit financeiro de R\$ 766.903.209,57	Mantido e fortalecido.
Investimentos	Meta não atingida (9,35% x 9,84%)	Rentabilidade de 11,58%, superior à meta de 9,50%	Recomendação superada.
DRAA	Necessidade de aperfeiçoamento	Elaborado e enviado em 09/02/2026	Providência implementada.
Comitê de Investimentos	Regular	Comitê certificado, atas, participação efetiva e deliberações registradas	Governança fortalecida.
Transparência	Recomendada	Divulgação de relatórios, carteira, atas e calendário de reuniões	Atendimento às exigências de transparência.
Reforma previdenciária	Necessidade de acompanhamento	Informada a aprovação da LC nº 366/2025 com estudos de impacto atuarial	Evolução normativa relevante.

Indicador	2024	2025	Evolução
Déficit atuarial	R\$ 1,038 bi	R\$ 728 mi	▼ 29,8%
Investimentos	R\$ 676 mi	R\$ 758 mi	▲ 12,1%
Rentabilidade	9,35%	11,58%	▲
Meta atuarial	9,84%	9,50%	Superada
Resultado Financeiro	R\$ 685 mi	R\$ 766 mi	▲

A Principal evolução identificada foi o aspecto mais relevante que é a redução do déficit atuarial:

- Em 31/12/2024: R\$ 1.038.283.033,48.
- Em 31/12/2025: R\$ 728.570.779,42.

21 – EVIDENCIAS OBJETIVAS E CUMPRIMENTOS DAS RECOMENDAÇÕES

Recomendação do TCE	Evidência	Situação
Aperfeiçoar o DRAA	DRAA revisado e encaminhado ao CADPREV	Cumprida
Fortalecer controles internos	Relatórios trimestrais do Controle Interno	Cumprida
Melhorar governança	Implantação do Pró-Gestão	Em andamento
Aperfeiçoar consignações	Resolução nº 01/2025	Em andamento
Fortalecer transparência	Publicação de relatórios, atas e indicadores	Cumprida
Manter regularidade previdenciária	CRP vigente	Cumprida
Equacionamento atuarial	Reforma previdenciária e plano de amortização	Em andamento
Recuperação de créditos	Atuação contínua no COMPREV	Cumprida

Atendimento às fiscalizações	Requisição nº 01/2025 respondida integralmente	Cumprida
------------------------------	--	----------

Indicadores do trimestre analisado

Indicador	Resultado
Aposentadorias concedidas	05
Pensões concedidas	05
Abonos de permanência protocolados	05
Receita do trimestre	R\$ 27.226.635,34
Despesa do trimestre	R\$ 21.332.552,19
Superávit Financeiro	R\$ 5.894.083,15
CRP	Regular
AUDESP	Entregas dentro do prazo
Julgamento TCE	Regular com Ressalvas

Indicadores Gerenciais

Indicador	Resultado
Patrimônio administrado	R\$ 781,88 milhões
Crescimento patrimonial	R\$ 19,85 milhões
Meta atuarial	Superada
Conformidade CMN 4.963/2021	100%
Liquidez	Adequada
Diversificação	Adequada
Exposição em renda fixa	93%
Exposição em renda variável	Baixa
Nível de risco	Moderado/Baixo

22 – Matriz de conformidade do trimestre analisado

Item analisado	Situação
Benefícios	Regular
Folha de pagamento	Regular
COMPREV	Regular
Licitações	Regular
Investimentos	Regular
AUDESP – duas entregas intempestivas posteriormente regularizadas	Majoritariamente regular
CRP	Regular
Contabilidade	Regular
Controle Interno	Regular

23 – CONCLUSÃO

A Controladoria Interna registra que foram adotadas providências administrativas para a anulação do benefício e a recuperação dos valores pagos indevidamente, no montante

de **R\$ 192.875,59**. Entretanto, permanece necessário o acompanhamento da efetiva restituição do valor aos cofres do SERTPREV, devendo a situação permanecer registrada como **pendência** até a comprovação documental do ressarcimento ou da adoção das medidas necessárias à recuperação do crédito.

Após a análise dos atos administrativos, financeiros, contábeis, patrimoniais, previdenciários e atuariais praticados durante o primeiro trimestre de 2026, conclui-se que o Instituto Municipal de Previdência de Sertãozinho – SERTPREV manteve regularidade na execução de suas atividades, observando, de forma geral, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e transparência.

Observou-se a regularidade dos repasses previdenciários, da gestão dos investimentos, da execução orçamentária, da escrituração contábil, das rotinas administrativas e da concessão dos benefícios previdenciários, **não sendo identificadas outras irregularidades relevantes capazes de comprometer a gestão do Regime Próprio de Previdência Social**.

A carteira de investimentos apresentou desempenho superior à meta atuarial do exercício, contribuindo positivamente para o fortalecimento do equilíbrio financeiro e atuarial do Instituto.

A avaliação atuarial evidenciou a necessidade de continuidade das medidas de financiamento previstas no plano de custeio, visando garantir a sustentabilidade do RPPS no longo prazo.

Diante do exposto, esta Controladoria Interna opina pela **regularidade das atividades desenvolvidas pelo Instituto durante o primeiro trimestre de 2026**, ressaltando a necessidade de acompanhamento da pendência relacionada à recuperação dos valores pagos indevidamente e recomendando a continuidade das ações de aperfeiçoamento dos controles internos, da governança institucional e da gestão previdenciária, em consonância com as recomendações dos órgãos de controle e com as melhores práticas aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social.

Sertãozinho/SP, 13 de agosto de 2026.

Adriano Aparecido dos Santos
Controlador Geral Interno